



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DCH- V
COLEGIADO DE GEOGRAFIA

GRACE KELLY BOMFIM CARDIM

MULHERES QUILOMBOLAS: TERRITÓRIO, GÊNERO E IDENTIDADE
(em dez comunidades do Brasil)

Santo Antônio de Jesus/Ba, 2021

GRACE KELLY BOMFIM CARDIM

MULHERES QUILOMBOLAS: TERRITÓRIO, GÊNERO E IDENTIDADE
(em dez comunidades do Brasil)

Monografia apresentada ao Curso de Geografia da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) no Departamento de Ciências Humanas-DCH-V, como parte dos requisitos para obtenção do título de Licenciada em Geografia, sob a orientação da Professora Dr^a Rocio Castro Kustner.

Santo Antônio de Jesus/Ba, 2021

Grace Kelly Bomfim Cardim

mulheres quilombolas: território, gênero e identidade (em dez comunidades do brasil)

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB
Dados fornecidos pelo autor

C267m

Cardim, Grace Kelly Bomfim

Mulheres quilombolas: território, gênero e identidade (em dez comunidades do Brasil).
– Santo Antônio de Jesus, 2021.

72 fls.

Orientador(a): Prof.^a Dr.^a Rocio Castro Kustner

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) - Universidade do Estado da Bahia.
Departamento de Ciências Humanas, *Campus V*. Colegiado de Geografia. Santo Antônio
de Jesus, 2021.

Inclui Referências.

1. Território. 2. Mulheres quilombolas. 3. Identidade quilombolas. I. Kustner, Rocio
Castro. II. Título. III. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências
Humanas.

CDD 907.2

GRACE KELLY BOMFIM CARDIM

MULHERES QUILOMBOLAS: TERRITÓRIO, GÊNERO E IDENTIDADE
(em dez comunidades do Brasil)

Trabalho de Conclusão de Curso para a obtenção do título de Licenciada em Geografia, apresentado à Universidade do Estado da Bahia- Campus V.

BANCA EXAMINADORA

Rocio Castro Kustner

Dr^a Rocio Castro Kustner (orientadora)
Professora Adjunta do curso de Geografia da UNEB-V

Gisele das Chagas Costa

Dr^a Gisele das Chagas Costa
Professora Substituta do curso de Geografia da UNEB-V

Cleonice Moreira da Silva

Me. Cleonice Moreira da Silva
Professora da Educação Básica do Estado da Bahia

Aprovada em 16 de julho de 2021

AGRADECIMENTOS

Por muito tempo pensei que esta seria a parte mais fácil da monografia, mas estou aqui perdida em meus pensamentos sem saber por onde começar. Não poderia começar sem agradecer aos meus ancestrais que trilharam uma jornada árdua e muitas vezes sangrenta para que outras pessoas, assim eu, tivesse esta oportunidade. Que eu também possa ajudar outras pessoas negras a ocuparem esses espaços que por muito tempo nos foram negados. Essa conquista não é apenas minha.

Agradeço aos principais responsáveis: Gildélia e Fábio, meus pais. Foram seus esforços que ajudaram e contribuíram com a realização desse sonho. Quero dizer que cada centavo contado todo mês adquirido com muita dificuldade valeu a pena. Sei que quando me perguntavam “como está a escola?”, “Grace está em viagem da escola” era a forma de vocês demonstrarem afeto e interesse pelo que estava fazendo. Mesmo que não entendessem, ficavam atentos ao que dizia. Obrigada.

Sou grata também aos meus amigos de longa data que entenderam minha ausência em muitos momentos, mas que de longe emanavam energias e vibravam comigo nas minhas vitórias e também me acalentavam nos momentos difíceis; e aos amigos que adquiri ao longo dessa jornada. Gostaria de agradecer especialmente a Paula Andrade pelos almoços e lanches ao longo desses anos, por me socorrer, inclusive nesta monografia, tudo relacionado ao pacote office, e por te me presenteado com uma nova família são-miguelense; a Tássio Souza pelos bons (nem sempre) conselhos -dividir esse caminho com você ficou mais leve; aos meus companheiros de casa Lindinalva Santos e Sidnei Pereira - vocês também têm grande importância neste processo; a Millena Andrade por adoçar os meus dias e a minha vida. Sou grata por sua amizade e por seu companheirismo ao longo dessa jornada - olho para você e vejo uma profissional ímpar; a Afonso Rangel por seus sábios conselhos e me orientar quando foi necessário, além de alegrar os meus dias com seus áudios e ajudar a amenizar as angústias desse momento tão delicado que estamos vivendo; a Glenda Dantas e Giselle Oliveira, por se fazerem presente em todos os momentos da minha vida.

Mesmo aqueles que não foram citados, saibam que foram essenciais na minha vida, e são -sou eternamente grata. Ouso a dizer que enquanto Emicida

estava compondo “Quem Tem Um Amigo” pensava em vocês, pois “ser mano igual Gil e Caetano nesse mundo louco é pra poucos. Tanto sufoco insano, encontrei.” É isso, nesse mundo louco nos encontramos. Obrigada!

Agradeço também a meu atual companheiro Felisberto Bomfim, que esteve sempre ao meu lado, me apoiando e vibrando com minhas conquistas e incentivando sempre a alcançar novos e altos voos. A caminhada na universidade as vezes pode ser difícil e ter alguém ao seu lado que entenda isso e te ajude a superar as barreiras é fundamental. Agora terei que achar outra “desculpa” para não casar, durante cinco anos essa já bastava (kkkk). Brincadeiras à parte, obrigada por toda a paciência, o companheirismo e o suporte durante esta jornada.

De acordo com o dicionário, orientador é adjetivo de quem orienta e dirige. Quem é guia. Não acharia adjetivos melhores para falar da minha orientadora Rocio Castro. É um exemplo de profissional a ser seguido. É humana. É presente. Ela se fez presente em todo processo da minha escrita, me deixando livre e só interferindo quando necessário. Sou imensamente grata por você e seus ensinamentos.

Quero agradecer também a Universidade do Estado da Bahia- Campus V e todo seu corpo docente, bem como os técnicos e terceirizados. Todos vocês foram essenciais para que este trabalho fosse concluído satisfatoriamente, serei eternamente grata.

Agradeço ainda a todas as mulheres negras que abriram caminhos em vários espaços para que hoje pudéssemos ocupá-los. Diante disso, não poderia deixar de mencionar minhas avós, Dona Netinha- *in memorian* e Dona Ana *in memorian*. Queria muito ter tido a oportunidade de compartilhar essa conquista com vocês, mas nem tudo podemos controlar. Vocês são os meus primeiros exemplos de mulheres guerreiras - é uma honra imensa para mim ter compartilhado uma parte da minha vida com vocês. Além de vocês, tem Seu Dezinho, meu avô, que terá a primeira neta a concluir o Ensino Superior. O senhor é um grande exemplo de homem que me inspira diariamente com sua sabedoria. A neta do carpinteiro e das costureiras venceu mais uma vez.

E quero agradecer também aos membros da banca examinadora, pelo interesse e disponibilidade, em especial, a Cleonice. São poucos os exemplos que temos de mulheres negras ocupando esses espaços e ter essa representatividade é essencial para se reconhecer e saber que também posso. A representatividade é importante justamente por nos inspirar a ocupar posições de poder em diversos

espaços, por isso agradeço a Cléo e as professoras negras que estão ou já passaram pelo Departamento de Ciências Humanas, Campus V.

E por último, e não menos importante, quero agradecer a mim. A escrita é um processo solitário em que nos deparamos com várias questões, e diante de tudo que aconteceu nos últimos meses, não foi fácil chegar até aqui. Houve vários imprevistos, angústias, desânimo, mas persisti em prol de uma vontade, de um sonho e no meio de uma pandemia que lastrou o mundo, e muito tragicamente o Brasil pôr em breve ará dois anos!!! Ao longo desses 5 anos, eu amadureci no Campus V, eu ri, chorei, me irritei, tive vitórias, derrotas, enfim, uma montanha de sentimentos e acontecimentos do qual aprendi a lidar. Agora mais um ciclo se encerra para que outro seja iniciado e me sinto realizada e confiante para lidar com o futuro. A Grace de 2021 enxerga a licenciatura de uma outra forma e compreende o quão importante e belo é esse trabalho, não é fácil, mas é gratificante. Só tenho a agradecer a todos e a todas que contribuíram para que esse momento fosse possível. Muito obrigada!

EPÍGRAFE

Dentro Ali

Luedji Luna

*“Caso esteja por vir
Me reconheça ali
Em um domingo de sol
Ou um dia qualquer
Apareça!
Me leve a um lugar distante
Me ajude a carregar
Essa maleta
Onde eu guardo meu cansaço
E meus sonhos mais bonitos
E um livro de receitas naturais
E um terço pra um pai nosso
Um pedaço de pão
E um lápis, um caderno
E a vida de meus filhos
Que é tudo que eu tenho
E que é tão meu
E que é tão seu também
É o bem que te confio
Caso esteja por vir.”*

RESUMO

Por séculos a historiografia tradicional invisibilizou a luta das mulheres negras que desde o período colonial estabelecem diversas táticas de resistência às opressões sofridas. Tratando-se de mulheres quilombolas, estas são atravessadas por eixos de poder como gênero, raça e classe, que as colocam em situação de maior vulnerabilidade, mas que, paradoxalmente, vêm exercendo um lugar de liderança e protagonismo na dinâmica social, econômica e cultural em seus territórios. Ao se discutir sobre resistência do povo quilombola no Brasil é fundamental enfatizar o papel dessas agentes nesses espaços visto que elas são essenciais para a manutenção da vida dentro de suas comunidades, tornando-se alicerces a partir de práticas tradicionais que auxiliam na resistência e manutenção do grupo, além de contribuir para a autoidentificação do ser quilombola. É reconhecendo o protagonismo feminino nesses espaços que se buscou evidenciar a importância histórica, econômica e cultural dessas mulheres para a organização social e política das comunidades quilombolas. Com esse intuito, e dado o contexto pandêmico no qual vivemos desde março de 2020, foi realizado um levantamento de pesquisas em artigos, dissertações e teses que permitiu analisar o papel dessas mulheres, a liderança em dez comunidades quilombolas de oito estados diferentes, cada uma com sua singularidade, compreendendo de que forma exercem seu protagonismo. A partir desse breve mapeamento, foi possível identificar e apontar a importância que elas exercem nas atividades que funcionam como referência cultural quilombola. Contar essas histórias a partir da ótica feminina faz-se necessário uma vez que são elas que ocupam tradicionalmente seus territórios e cada vez mais vem exercendo papéis de destaque. Seja nas associações, em casa, na agricultura ou até mesmo nos espaços educacionais e religiosos, elas têm se articulado no combate ao racismo, desigualdade de gênero e estão na linha de frente pela garantia de seus direitos garantidos constitucionalmente, quebrando barreiras sociais e construindo um protagonismo ímpar.

Palavras-chave: território, mulheres quilombolas, identidade quilombola.

LISTA DE SIGLAS

ACB- Associação Cristã de Base

ALCA- Associação de Livre Comércio nas Américas

ARQUIC- Associação de Remanescente de Quilombo do Cravo

ARQUINEC- Associação Remanescente de Quilombola Nova Esperança de Concórdia do Pará

ASSEBA- Associação de Sambadores e Sambadeiras do Estado da Bahia

BA- Bahia

BNB- Banco do Nordeste

BTD- Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações

CE- Ceará

CECVI- Conselho Quilombola e do Centro de Cultura do Vale do Iguape

CONAQ- Coordenação Nacional das Articulações das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

CRAS- Centro de Referência e Assistência Social

CRQ- Comunidades Remanescentes de Quilombo

EJA- Educação de Jovens e Adultos

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH- Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MA- Maranhão

MMTCCB- Movimento de Mulheres Transformadoras do Campo e da Cidade de Bujaru e Concórdia do Pará

MPP- Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais

MS- Mato Grosso do Sul

MT- Mato Grosso

PA- Pará

POEMA- Programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia

SC- Santa Catarina

UFBA- Universidade Federal da Bahia

UFRB- Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

UNEB- Universidade do Estado da Bahia

UNIVALI- Universidade do Vale do Itajaí

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1- Mapa de localização com os municípios das comunidades quilombolas analisadas

FIGURA 2- Mapa de localização da comunidade de Itamatatiua

FIGURA 3- Mapa de localização da comunidade de Mata Cavalo

FIGURA 4- Mapa de localização da comunidade de Araquembaua

FIGURA 5- Mapa de localização da comunidade do Cravo

FIGURA 6- Mapa de localização da comunidade do Morro do Boi

FIGURA 7- Mapa de localização da comunidade de Sitio Arruda

FIGURA 8- Mapa de localização da comunidade de Picadinha

FIGURA 9- Mapa de localização da comunidade de São José da Serra

FIGURA 10- Mapa de localização das comunidades Santiago do Iguape e Kaonge

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1- Atividades das mulheres quilombolas estudadas

QUADRO 2- Atividades das mulheres quilombolas estudadas 2

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. TERRITÓRIO, IDENTIDADE QUILOMBOLA E GÊNERO.....	20
1.1 Identidade quilombola, identidade territorializada.....	23
1.2 Identidade de gênero no território quilombola	25
1.3 Desafios enfrentados pelas mulheres quilombolas na Pandemia	34
2. MULHERES QUILOMBOLAS PELO BRASIL: UM BREVE MAPEAMENTO ...	37
2.1 Comunidade Quilombola de Itamatatuiua/MA	39
2.2 Complexo Quilombola Mata Cavalo/MT	42
2.3 Comunidade Quilombola de Araquembaua/PA	44
2.4 Comunidade do Cravo/PA.....	47
2.5 Comunidade quilombola do Morro do Boi/SC	51
2.6 Comunidade de Sitio Arruda/CE.....	55
2.7 Comunidade Quilombolas de Picadinha/MS	60
2.8 Mulheres quilombolas de São José da Serra e outras comunidades no Estado do Rio de Janeiro/RJ.....	62
2.9 Mulheres quilombolas de Santiago do Iguape e Kaonge, na Bacia de Iguape (Recôncavo baiano):	64
BALANÇO E PERSPECTIVAS DAS MULHERES QUILOMBOLAS NO CONTEXTO DA PANDEMIA	68
REFERÊNCIAS.....	72

INTRODUÇÃO

Local isolado, composto por negros fugidos - essa ainda é a noção de quilombo para muitas pessoas no Brasil. Embora muitos tenham se formado no período em que houve o processo de escravização no país, os quilombos não pertencem apenas ao nosso passado escravista, muito menos se caracterizam como povos isolados. Após a Abolição da Escravatura, em 1888, o conceito de quilombo sofreu uma reconfiguração. Em conformidade com Leite (1999), o quilombo gradualmente, passou a se firmar como modelo de sociedade e organizações coletivas com práticas próprias.

Segundo Neres (2015), o termo quilombo tem origem na palavra “kilombo” (quibundo) ou “ochilombo” (do umbendo) - línguas faladas por povos bantus, que vivem em países da África Ocidental, como Angola. Apesar de em sua origem africana significar acampamento ou lugar de pouso, no Brasil o termo adquire novos significados como o de resistência, tendo em vista que foi uma das formas de enfrentamento à escravidão. Cabe lembrar que não necessariamente os remanescentes de quilombo são descendentes de pessoas que foram escravizadas - conforme Leite (1999) é uma visão ultrapassada, mas ainda comum no imaginário brasileiro. As comunidades remanescentes de quilombo formam um grupo diverso, constituído por diferentes processos ao longo dos anos.

De acordo com a Fundação Cultural Palmares, existem cerca de 3.467¹ Comunidades Remanescentes de Quilombo – CRQs, distribuídas nas 5 regiões do Brasil. O Nordeste lidera o *ranking* com 2192 CRQs, sendo o Maranhão o estado com mais comunidades (846), seguido da Bahia, com 827. Mesmo com os avanços ao longo do tempo, os negros ainda são os que possuem menos oportunidades na sociedade em diversos âmbitos, fruto de uma colonização exploratória. De acordo com Heringer (2002), o IDH- Índice de Desenvolvimento Humano, para os afro-brasileiros é um dos piores da América Latina; a população negra ainda apresenta um nível de escolaridade mais baixo em relação a população branca e os negros brasileiros têm feito pouco progresso na conquista de profissões de maior prestígio social, concentrando-se em atividades manuais e/ou informais. Cotidianamente

¹ Dados atualizados no dia 05/02/2021.

esses sujeitos encontram-se em circunstâncias marginalizadas, seja no nível político, social ou econômico. Mesmo após 1888 a reparação nesses âmbitos foi insuficiente, contribuindo para a manutenção das desvantagens dos negros na sociedade brasileira.

A partir de tais exemplos, é possível perceber que os negros têm sido negligenciados pelo Estado desde o período colonial até os dias atuais e os remanescentes de quilombo, especificamente, têm o agravante de pertencer a um grupo que vive em situação de isolamento natural, em sua maioria, em função da própria origem. Embora esse isolamento tenha sido extremamente benéfico ao longo da história, ele também pode gerar implicações no acesso às políticas públicas, tornando-os um dos grupos mais vulneráveis socialmente desse país. Dentro desta realidade, existe um ator ainda mais marginalizado: as mulheres negras. Segundo o Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística – IBGE (2010), mais da metade da população brasileira, equivalente a 54% é de pretos e pardos², sendo que a cada dez pessoas, três são mulheres negras.

Numa sociedade descendente de uma cultura patriarcal, machista e conservadora, os papéis desempenhados por homens e mulheres são bem definidos: o da mulher sempre esteve submetido à vontade masculina, sendo responsabilizada pelos afazeres domésticos e o cuidado dos filhos. Já aos homens é assinado o trabalho remunerado e, conseqüentemente, o sustento da casa. Socialmente, a coisificação feminina é considerada algo natural, já que sua subjetividade é construída sob a ótica do patriarcalismo, do machismo e do racismo, o que em muito às mulheres e principalmente as mulheres negras de construir sua alteridade (OLIVEIRA, 2006).

Para esta pesquisa entendemos o patriarcado, conforme Aguado (2005) como um conjunto de sistemas familiares, sociais, ideológicos e políticos que determina os papéis sociais que as mulheres devem exercer para manter uma determinada ordem. Ainda para a autora, vários mecanismos foram utilizados ao longo da história, como por exemplo: pressão social, rituais, tradição, educação, religião, linguagens, etc. Assim, o patriarcado é perpetuado através de vários elementos que juntos determinam o papel da mulher na sociedade.

² Grupo agregado na definição de negros pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Por séculos, o Estado legitimou o patriarcado e, como consequência, a violência que deriva deste. Apenas recentemente o Estado brasileiro tornou crime a violência contra a mulher, que antes era vista como uma tutela de seu esposo ou pai, como reitera a autora.

Com as mulheres quilombolas, a realidade não é muito diferente. Existem casos em que a participação feminina na comunidade é precária. Quando tratamos dessas mulheres nos deparamos com um grupo vulnerável que luta por reconhecimento diante da privação de seus direitos, sendo-lhes negado o acesso à recursos básicos como educação, saneamento básico, moradia, emprego, entre outros.

Mesmo diante de tantas privações, desde o período colonial a população negra tem se organizado de diversas formas para enfrentar a violência sofrida. Um dos primeiros exemplos de resistência ao processo de escravização foi a formação dos quilombos. Na atualidade, existem a Lei 10.639/2003, acerca da obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira nas instituições públicas e privadas; e o sistema de cotas nas universidades públicas- Lei 12.711/2012, além do Decreto 4.887/2003 que regulamenta o processo de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação de terras ocupadas por remanescentes de quilombo (BRASIL, 2003).

Dessa forma, ao se discutir sobre a resistência dos povos quilombolas no Brasil, torna-se mais que necessário destacar o papel das mulheres neste processo. Historicamente, não havia apenas referências masculinas na organização política, econômica e social dos quilombos - assim como os homens, as mulheres exerceram um importante papel em relação à estruturação, desenvolvimento e luta quilombola, como afirma Felipe (2018).

Embora sejam peças fundamentais para a historiografia quilombola brasileira, não há ênfase nas publicações da participação das mulheres nas lutas, resultado de uma estrutura social machista, que insiste em invisibilizá-las. Assim, esse desinteresse por produção de conhecimentos sobre as mulheres, principalmente quilombolas, condiz com a realidade de dominação patriarcal, mas não condiz com a realidade da participação destas, como declara Felipe (2018) em sua tese.

Falar de quilombo é falar de pertencimento e de resistência. Frente esta realidade se torna relevante debater a importância das mulheres nesses espaços já que tradicionalmente esses sujeitos foram apagados das histórias oficiais, mesmo

exercendo papéis tão significantes. Muitas vezes eram as líderes do grupo e tinham a última palavra nas decisões, conforme reitera Souza e Araújo (2014).

Apesar das dificuldades citadas acima, após muitas lutas as mulheres negras vêm conquistando seu espaço e independência, a partir da atuação em associações, produção de artesanatos, agricultura, saberes tradicionais, espaços educacionais e religiosos, práticas cotidianas, entre outras atividades. É pensando nesse protagonismo feminino nas CRQs que esta pesquisa visa evidenciar, como objetivo principal, a importância histórica, econômica e cultural das mulheres para a organização social e política das comunidades quilombolas.

Como objetivos específicos busca: 1. evidenciar o protagonismo feminino através de pesquisas bibliográficas, reconhecendo a relevância destas nos espaços em que participam; 2. investigar a participação dessas mulheres em suas comunidades e de que forma têm se organizado para mudar a realidade em que vivem; 3. assim como observar como se constitui a identidade étnica e de gênero dessas mulheres.

Inicialmente o procedimento metodológico escolhido foi grupo focal com intuito de dar voz e compreender as experiências vividas pelas mulheres quilombolas de uma comunidade específica, que seria a Comunidade Quilombola de Jatimane, no Baixo Sul da Bahia. Porém, em decorrência da pandemia do Covid-19, a metodologia teve que ser repensada, mas ainda assim, buscando uma abordagem teórico-metodológica que permitisse apreender as particularidades acerca da temática proposta. Sendo assim, elencou-se a pesquisa bibliográfica, fazendo levantamento das pesquisas sobre mulheres quilombolas no Brasil disponíveis *online*.

Para tal, foi realizada uma busca de dissertações e teses que contemplassem a temática no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, no banco de dados da Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações- BDTD, e de artigos no *Google scholar* entre outros sites de cunho acadêmico. Em relação a outras temáticas, são poucos os resultados encontrados, mas nota-se que nos últimos anos tem se estudado mais sobre o tema. Para esta pesquisa, foram escolhidas dez comunidades quilombolas de oitos estados diferentes, sendo elas: Itamatatua (MA), Mata Cavalo (MT), Araquembaua (PA), Cravo (PA), Morro do Boi (SC), Sitio Arruda (CE), Picadinha (MS), São José da Serra (RJ), Santiago do Iguape (BA) e Kaonge (BA), a fim de compreender um pouco mais sobre o assunto e apresentar possíveis contribuições.

Emergir neste amplo mar de ideias e compreender as vivências a partir dos escritos de outras mulheres negras e também quilombolas, foi fundamental para reiterar a importância delas para a preservação e continuidade da cultura afro-brasileira nesses espaços. São elas que desempenham diversas funções em suas comunidades, que vão desde os afazeres domésticos à defesa de seu território, bem como a manutenção da cultura de seu povo. Por isso a necessidade de apresentar tais questões a partir da ótica feminina, já que mesmo invisibilizadas das histórias oficiais, em sua maioria, são as que lutam por melhores condições de vida e por direitos que durante muito tempo lhe foram negados.

Intitulado de “Território, identidade quilombola e gênero”, o primeiro capítulo desta pesquisa visa compreender as diversas formas de apropriação e significados do território para as comunidades quilombolas. Ao analisar tal viés, pode-se observar que o espaço ultrapassa a dimensão física, se tornando peça fundamental para a construção da identidade quilombola, entendida como um dos principais fomentadores da territorialidade, além de abarcar discussões sobre gênero com o intuito de dar visibilidade às principais protagonistas para a manutenção da vida e das tradições de suas comunidades. No capítulo 2 - “Mulheres quilombolas pelo Brasil- breve mapeamento” - buscou-se identificar, a partir de levantamento bibliográfico das pesquisas sobre mulheres quilombolas no Brasil publicadas, os desafios enfrentados, barreiras superadas e papel desempenhado por essas mulheres quilombolas em várias comunidades distribuídas pelas cinco regiões do país, destacando as formas como elas se organizam para combater as opressões impostas pela sociedade. Por último, são feitas algumas considerações finais a respeito do tema, reafirmando a importância histórica dessas mulheres para a cultura afro-brasileira.

O caminho a ser trilhado ainda é longo, mas essas mulheres continuam firmes na luta por seus direitos, rompendo o campo da invisibilidade e se tornando vozes ativas na defesa de seus territórios. São elas as verdadeiras protagonistas da história, agindo sempre de forma ativa e contribuindo para a manutenção e desenvolvimento de suas comunidades.

1. TERRITÓRIO, IDENTIDADE QUILOMBOLA E GÊNERO

Advindo do latim *territorium*, a palavra território significa “pertencer a um lugar”. É no território que se vive e pratica a identidade, reafirmando o sentimento de pertencimento. Para Raffestin (1993, p.143) falar de território é fazer uma referência à noção de limite, pois, mesmo que ele não seja traçado, a relação e as ações do grupo que vive naquela área, mesmo que indiretamente, gera uma delimitação. Ainda de acordo com o autor, “ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator ‘territorializa’ o espaço”. Nesse contexto, o território de uma comunidade quilombola é um espaço de organização política e social, delimitado de identidade e resistência das pessoas que ali vivem.

A falta de acesso à terra, tanto na escravidão quanto depois dela, foi determinante nos modos de resistir as comunidades escravizadas. A apropriação desses territórios se deu através da resistência dos negros escravizados que utilizavam esses espaços para se refugiarem e ali desenvolviam um modo de vida próprio, uma territorialidade, construída cotidianamente pelos próprios agentes. É um território demarcado pelas práticas cotidianas que está determinada pela ancestralidade.

As constantes lutas de grupos quilombolas pressionaram o Estado que na Constituição de 1988 em seu Artigo 68 garantiu o direito de acesso às terras das comunidades quilombolas. Segundo Arruti (2006), o que está em jogo não são mais as reminiscências³, mas sim as “comunidades”, isto é, a organização do grupo que está ocupando aquele espaço. Atualmente os remanescentes de quilombo estão inseridos no âmbito de comunidades tradicionais. De acordo com o Art. 3º do Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, são considerados povos e comunidades tradicionais

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

³ Parte fragmentada de alguma coisa que já não existe mais.

Conforme Arruti (2006, p. 19), “os quilombos consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio”. Ao se refletir sobre território para grupos quilombolas, é falar de um espaço de materialização das disputas políticas, de sua cultura e reprodução social. A terra é mais que um pedaço de chão, é um espaço vivo de resistência, manutenção do trabalho, é um espaço de materialização da vida. O território é a base da existência do grupo. Ainda assim, os quilombolas só tiveram o direito à titularidade de seus territórios a partir do Decreto n.º 4.887, de 20 de novembro de 2003, com a seguinte redação:

Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

§ 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

§ 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural (BRASIL, 2003).

A partir deste Decreto foram estabelecidas normas para o procedimento de delimitação, reconhecimento e demarcação das terras. Assim, de acordo com a Constituição, são comunidades quilombolas as que se autodefinem como tais em virtude da ancestralidade africana, além da preservação da identidade coletiva ao longo dos anos em três dimensões básicas:

- 1) Jurídico-política, a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado através do qual se exerce um determinado poder – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado.
- 2) Cultural ou Simbólico Cultural: prioriza a dimensão simbólica mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.
- 3) Econômica: menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital trabalho, como produto da divisão territorial do trabalho, por exemplo (HAESBAERT 2004, p.40).

Esta separação ocorre apenas para fins de análise, como afirma o referido autor, pois, a depender da dinâmica territorial, podem ser exploradas várias dimensões- política, econômica, social e/ou cultural, tendo em vista que nenhuma vertente é única, devido aos processos sociais diversos exercidos no território.

Como comunidade tradicional, a dimensão simbólico cultural ocupa um protagonismo distintivo no território quilombola, já que o território quilombola é um espaço de referência para a construção e/ou preservação da identidade do grupo. Em palavras de Urrutia (2009. p. 9, tradução nossa), “o território é a base primeira de qualquer identidade cultural. A partir dele constroem-se referentes simbólicos e relatos históricos que permitem a um grupo humano compartilhar as mesmas tradições e expressões culturais”. Os elementos identitários como memória, práticas cotidianas e saberes tradicionais estão diretamente s ao território, legitimando o pertencimento do grupo a aquele espaço.

Além dos aspectos físicos e econômicos, o território é um espaço simbólico, fonte de reprodução e manutenção da identidade quilombola. De acordo com Santos (1999, p.7), o território deve ser analisado a partir da ideia de um território usado, que é “o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida”. Reconhecendo suas identidades e histórias, os quilombolas reafirmam seus territórios. É na apropriação do território que as comunidades quilombolas desenvolvem seus costumes e comportamentos e criam laços de identidade. É no dia a dia que a comunidade vivencia sua religião e suas tradições, é nesse espaço que desenvolvem seu sentimento de pertencimento a ele.

A pesquisa analisa o território a partir das três dimensões - jurídico-política, cultural e econômica – compreendendo sua singularidade indissociável uma da outra. As mulheres integram muito bem as diferentes partes da vida, cuidando das três dimensões, e no território preservam a cultura afro-brasileira, trabalham e administram o bem comum de um modo de vida característico que torna o território em um espaço de referência identitária. Assim esse espaço territorializado é palco das manifestações culturais e fonte de recursos para muitas delas, e nele se materializa as disputas políticas,

Segundo Souza e Araújo (2014), na dimensão política as mulheres exercem o papel de líderes comunitárias e chefes de família; na dimensão econômica elas

estão presentes nas roças, na criação de animais e em trabalhos fora de suas comunidades; e elas são as principais responsáveis pela perpetuação da cultura, englobando a dimensão cultural. É a partir delas que os conhecimentos adquiridos na vida comunitária se espalham para os demais membros da comunidade, a exemplo do cuidado da saúde de seus familiares e vizinhos a partir de conhecimentos tradicionais.

1.1 Identidade quilombola, identidade territorializada

Como visto anteriormente, a identidade quilombola é uma identidade territorializada, onde o território é caracterizado como um espaço com suas próprias singularidades marcadas pela ancestralidade. Além de ser um espaço delimitado por regras político-administrativo, o território é um espaço de importância da memória e construção da identidade, pois é no território que a comunidade se sustenta e exerce seu poder. As comunidades quilombolas mantêm forte ligação com sua história preservando seus costumes e culturas, e a terra é o elemento fundamental que singulariza o modo de viver e produzir desse grupo, como afirma Figueiredo (2013). Em outras palavras, o território é a peça-chave para que haja a reprodução física, social e econômica do povo quilombola, além de ser um espaço de concretização da sua identidade. Segundo Almeida (2014), é a partir desse reconhecimento com o território que a comunidade passa a ter novos significados e se perceber como sujeitos de direitos. Tornar-se quilombola significa ter acesso aos direitos e não à perda deles. Dessa forma, é possível verificar a importância do território para a construção da identidade étnica quilombola.

Ao se assumirem enquanto grupo étnico, as pessoas se submetem aos valores e ideias singulares vinculadas ao grupo, e assim, cria-se um sentimento de pertencimento e, conseqüentemente, de afeto. “É na interação com o ambiente que a identidade se forma. Para as comunidades negras rurais, a história está contida no território, este servindo de referência para a constituição da ‘identidade étnica’ de tais comunidades” (AMORIM, 1998, p.4).

Nesse contexto, a memória se apresenta como um elemento importante para a continuidade da cultura local, através das histórias e lembranças do grupo ao longo do tempo. Para os quilombolas, as memórias coletivas, ou seja, passada de geração para geração, estão diretamente atreladas ao território. Almeida e Santana

(2012) declaram que a identidade étnica se refere ao pertencimento, que se apoia na história e na cultura da população. Logo, o pertencimento, a origem, as crenças dos quilombolas não devem ser vistas como algo estático, há elementos de dinamicidade e de reapropriações dos sujeitos no interior da comunidade.

Falar sobre identidade quilombola é falar sobre ancestralidade e resistência à opressão. É no território que esse grupo se constrói e se afirma enquanto coletividade. A ligação ao território é algo mais profundo, não é apenas sentimento. Para o grupo, o elo vai além das questões econômicas ou até mesmo de um espaço que eles habitam. É um lugar de cultura e resistência, um espaço de vida carregado de elementos ancestrais. Os saberes ancestrais, passados de geração para geração, servem como instrumento de articulação do povo na luta ao direito ao território.

Isso porque a manutenção de quilombos está muito relacionada a uma relação construída entre seus membros, como declara Moraes (2018), seja por meio da ancestralidade comum, afinidade ou cultura, formando grupos que se identificam e mantenham uma relação comunitária. São pessoas detentoras de saberes tradicionais como as mães e pais-de-santo, rezadeiras, curandeiras, parteiras etc., que mantêm essa identidade, pois é a partir destas práticas e cuidado de transmiti-las às demais gerações que o grupo passa a se identificar enquanto quilombola e formar laços de união.

O cuidado com a terra é uma característica marcante, pois é a partir da terra que os quilombolas adquirem o meio de subsistência da comunidade. Cada grupo possui uma maneira própria de se relacionar com o território, neste sentido, “construída cotidianamente, a identidade de saberes reforça o sentido do território. O lugar circula na escala da intimidade” (FERREIRA, 2009, p.162). O lugar se remete a identidade, que no quilombo se remete à ancestralidade, que determina as relações cotidianas dentro do grupo. Nesse sentido, é que a autora fala da escala da intimidade.

De fato, as comunidades quilombolas são muito íntimas – quase todo mundo é parente, como declara Guimarães e Oliveira (2019). O laço de parentesco é uma característica marcante nestes territórios, uma vez que, muitos quilombos foram ocupados inicialmente por uma única família, geralmente fugida de engenhos durante o período colonial ou até mesmo após a abolição, e a partir daí criava-se uma nova forma de sociedade. Em muitas comunidades tradicionais, as relações

familiares é um dos principais elementos estruturadores da comunidade, “uma vez que é a partir do estabelecimento dessas relações humanas, de indivíduo para indivíduo, que se constrói uma herança cultural comum” (GUIMARÃES; OLIVEIRA, 2019, p.167). A família é a principal transmissora dos valores ancestrais, construindo uma identidade cultural, e a memória demonstra ser um elemento importante na composição desse processo. Assim, a continuidade dessa relação de parentesco irá permitir a continuidade dos costumes e tradições das comunidades quilombolas.

Uma vez visto o quilombo como território de apropriação com as dimensões política, social e cultural muito fortes, marcadas pelas práticas cotidianas de uso do solo e as relações sociais, o objetivo de nossa pesquisa, como foi colocado, é analisar e valorizar a importância histórica, econômica e cultural dessas mulheres além de identificar as variadas formas que elas constroem esse protagonismo dentro e fora de suas comunidades.

1.2 Identidade de gênero no território quilombola

Desde a sua formação, os quilombos eram espaços de resistência para pessoas que também, foram escravizadas e as mulheres negras já se destacavam contra as opressões impostas pela sociedade escravista. As comunidades quilombolas são um dos grupos mais vulneráveis socialmente do país. Grande parte desta população vive em espaços rurais, afastado dos grandes centros urbanos, resultado da sua formação, o que dificulta o acesso a alguns serviços. É dentro desta frágil realidade que está inserida a mulher quilombola que enfrenta diariamente o sistema, visando modificar a realidade no qual está inserida. A antropologia feminista já constatou que

mulheres e homens têm se posicionado diferentemente no mundo e, sendo assim, suas relações com os lugares são diferentes também. Além disso, essas diferenças são resultado de um conjunto de elementos reveladores da opressão das mulheres por homens em diferentes lugares e em diferentes tempos (SILVA, 2005, p. 36).

São as relações sociais que estabelecem papéis pré-definidos entre homens e mulheres em diferentes culturas, mas em todas, as mulheres estão distantes das esferas de poder. Até mesmo a ciência geográfica, que é responsável por analisar a inter-relação entre sociedade e o meio, invisibilizou esses atores sociais por

décadas. Durante muito tempo a abordagem espacial na Geografia esteve centralizada nos estudos de espaços políticos e dos processos de produção e a concepção de cultura era vista como uma instância supra orgânica, como declara Silva (2005).

Só a partir de críticas advindas com a nova Geografia cultural⁴ que o cenário foi se modificando, provocando novas abordagens, possibilitando analisar o espaço como algo complexo, composto por múltiplos processos diferentes e simultâneos, permitindo uma abordagem da perspectiva feminina na produção do espaço, com um olhar mais atento ao cotidiano e a grupos sociais marginalizados, fatores que eram considerados de menor importância (SILVA, 2005).

Se antes a sociedade tinha esquecido as mulheres como agentes produtoras do espaço, hoje em dia elas são exemplos de sujeitos políticos ativos. Um grande exemplo é a Marcha das Margaridas, ocorrida em Brasília no ano de 2000 e lembrada por Monteiro (2013). Organizada por movimentos autônomos de mulheres trabalhadoras rurais e mulheres nos movimentos sindicais e de luta pela terra, a marcha reivindicava a necessidade de inserção e maior participação delas na reforma agrária.

Através de muita luta as mulheres começaram a ser reconhecidas como sujeitos políticos, mas para isso, um longo caminho foi trilhado. O movimento feminista⁵ foi um grande aliado das mulheres na luta contra a violência de gênero e pela igualdade de direitos, mas ainda assim, tinha uma visão eurocêntrica, sem atender as especificidades de cada grupo étnico. Historicamente as condições sociais ocupadas por mulheres brancas e negras foram diferentes. Se por um lado as mulheres brancas eram destinadas ao ambiente familiar, subalternas a seus pais e posteriormente seus maridos, as mulheres negras, por sua vez, eram responsáveis por servir da cama à cozinha.

⁴A Geografia Cultural tem origem no século XIX tendo Carl Sauer (1889-1975) como seu principal difusor. A Geografia cultural é uma vertente da Geografia humanista e pode ser entendida como as relações culturais realizadas em determinado espaço e tempo. Ela é responsável por analisar as mudanças dos fenômenos de organização social de um determinado território como a linguagem e religião (CLAVAL, 2011)

⁵ Movimento social que surgiu após a Revolução Francesa. Se fortaleceu na Inglaterra, durante o século XIX, e tem como objetivo a luta pela igualdade de condições entre homens e mulheres, para que ambos tenham os mesmos direitos e oportunidades. Fonte: SILVA, Daniel Neves. "O que é feminismo?"; Brasil Escola. Disponível em <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-e-feminismo.htm>.

Dessa forma, o feminismo negro, termo utilizado por diversas autoras como Sueli Carneiro (2011), Carla Akotirene (2018) e Djamila Ribeiro (2018)⁶, traz para o centro dos debates as categorias de gênero, raça e classe, que agem como moldadores na vida das mulheres negras. *Enegrecendo o feminismo* é a expressão que vem sendo utilizada para designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro, como aponta Jacoel (2003).

Falar sobre mulher negra no Brasil é retratar uma história de muita luta e resistência contra as opressões sofridas desde o período escravista até os dias atuais. É preciso refletir sobre a organização dessas mulheres a partir das revoltas nos quilombos, nos terreiros de candomblé, nas rodas de samba e na capoeira. Elas formulavam estratégias de sobrevivência ao regime escravista e conduziam movimentos de libertação da população negra, como as revoltas nas senzalas e a compra de alforrias, entre outros exemplos.

No período pré-abolição, elas foram agentes importantes na difusão de informação de quilombo para quilombo, pois estavam em diversas frentes de trabalho - estavam na casa grande e eram acompanhantes de sinhazinhas. Já no período pós-abolição, são elas que vão às ruas com o cesto na cabeça, que lavam as roupas, cozinham e mantêm a cultura do seu povo a partir do culto dos orixás. Elas formaram as Irmandades nas igrejas através das quais estabeleceram redes de informação, como afirma Leite (2008). A autora em questão afirma que, independentemente do reconhecimento, as mulheres negras sempre estiveram presentes nas lutas de seu povo:

Aqui, em nosso país, a história da população negra esteve submersa durante décadas e reconduzida ao seu espaço como forma de resistência e autoestima de seus descendentes através das lutas contemporâneas e da reafirmação da participação dos negros e das negras na construção desta nação e da luta pela eliminação do racismo, herança da escravidão (LEITE, 2008, p.13).

Ao discutir sobre luta e resistência das mulheres negras brasileiras, é importante evidenciar o papel das quilombolas nesse processo. Historicamente, não havia apenas referências masculinas na organização política, econômica e social dos quilombos, assim como os homens, as mulheres exerceram um importante papel na organização da luta quilombola. A partir de análises mais profundas acerca

⁶Indicação de leitura: Interseccionalidade, de Carla Akotirene (2018), Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil, de Sueli Carneiro (2011) e Quem tem medo do feminismo negro?, de Djamila Ribeiro (2018).

do papel das mulheres nos remanescentes de quilombo, será possível verificar que tais características se assemelham muito ao sistema matrilinear de suas ancestrais africanas:

Na África, o 'lugar' da mulher não era apenas com sua família, ela, frequentemente, governava nações com inquestionável autoridade. Muitas mulheres africanas foram excelentes militaristas e, por diversas ocasiões, conduziram seus exércitos nas batalhas. Muito antes que soubessem da existência da Europa, os africanos tinham uma maneira de viver diferente dos europeus onde os homens eram seguros o bastante para conceber que as mulheres poderiam avançar tanto quando seus talentos as levassem (SANTOS, 2011, p.9).

É seguindo essa lógica que o projeto "Somos todas Rainhas" surge. Desenvolvido pela Associação Frida Kahlo e a Articulação Política de Juventudes Negras, o projeto oferece cursos e oficinas e recentemente lançou uma cartilha escrita por Santos (2011), com o intuito de resgatar, valorizar e divulgar o papel e a importância das mulheres negras na sociedade brasileira, nas Américas e no mundo, retirando as mulheres do local de invisibilidade histórica.

A inspiração surgiu a partir da cartilha Mulher Negra Tem História, que foi elaborada pelo Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista, no ano de 1987. "Somos todas rainhas" traz dados de várias mulheres negras que exerceram uma importante função no período colonial a respeito de lutas quilombolas, destacando algumas delas como Dandara dos Palmares, Tereza de Benguela, Luíza Mahín e Zeferina.

Essas mulheres exerceram papéis significativos de liderança em suas comunidades, buscaram reconstruir nos quilombos a identidade que o sistema escravista tentou apagar. Mas, infelizmente existem poucos registros históricos sobre suas trajetórias, e além desses quilombos comandados por mulheres, podem ter existido vários outros (SANTOS, 2011, p. 17).

Essa questão pode ser observada ao se discutir sobre o Quilombo dos Palmares, que teve Zumbi como seu principal líder e até os dias atuais é uma figura de resistência política, mas que de certa forma segue um padrão masculino heterossexual e que muitos têm como um símbolo identitário, sendo que na história quilombola brasileira tivemos várias lideranças femininas que foram de extrema importância, porém foram excluídas por serem fruto de uma sociedade machista. Atualmente há um índice maior de lideranças femininas quilombolas, mesmo ainda

muito restrito, assemelhando-se à realidade das mulheres na sociedade como um todo, como afirma Souza e Araújo (2014).

Numa breve leitura da cartilha “Somos todas Rainhas” é possível verificar que Dandara dos Palmares foi uma importante líder, assim como seu esposo Zumbi, porém esquecida por parte da história afro-brasileira. Participou de lutas armadas pela libertação de negros no Brasil, liderava mulheres, dominava técnicas de capoeiras e tinha voz nas decisões do quilombo. Mas ao referir-se sobre a luta dos povos negros no país, Dandara não é reconhecida também como um símbolo de resistência assim como Zumbi. Como outras mulheres, Dandara é um grande exemplo de como a estrutura social oculta a luta das mulheres negras.

Além de Dandara, outras mulheres foram importantes para a história da população negra e quilombola brasileira como veremos a seguir. Um dos exemplos de força e liderança feminina é Tereza de Benguela, que ao lado de seu companheiro José Piolho, liderou o Quilombo Quariterê no século XVIII, até o espaço ser destruído pelas forças armadas portuguesa. Em sua homenagem, a Lei nº 12.987/2014, sancionada pela então presidenta Dilma Rousseff, instituiu o dia 25 de julho como o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra (BRASIL, 2014).

Outro exemplo de resistência feminina é a quituteira baiana e mãe do poeta e abolicionista Luiz Gama, Luíza Mahín. Descrita como inteligente e rebelde, Luíza exerceu um importante papel em várias lutas de resistência da população negra baiana; a mais conhecida foi a Revolta dos Malês, última grande revolta de escravos ocorrida em Salvador nos anos de 1835. Zeferina, que liderou o Quilombo do Urubu, foi outra importante quilombola sinônimo de resistência, que viveu na capital baiana no século XIX. Recentemente, o conjunto habitacional do subúrbio ferroviário de Salvador recebeu o nome em sua homenagem (SANTOS, 2011).

As mulheres negras resistiram de diversas formas ao sistema escravista, com a lenta realização de trabalho, ocasionando a perda de lucros, as fugas, os aquilombamentos, assassinatos, comprando alforrias, além de serem as transmissoras dos valores culturais ancestrais, como a língua mãe, a religião, a música e a dança. Para ter mais informações sobre mulheres tão importantes, é só acessar a cartilha “Somos todas Rainhas” online (SANTOS, 2011).

Cabe aqui destacar que resistir e lutar pelo seu povo não era apenas liderar revoltas quilombolas, como é o caso da catarinense Antonieta de Barros, a primeira

parlamentar negra brasileira, eleita em 1934. Antonieta defendia uma sociedade mais justa, com educação para todos, valorização da cultura negra e emancipação feminina (NUNES, 2001).

Além destas, outras mulheres como Maria Conga, Maria Felipa de Oliveira, Aqualtune, Theodosina Rosário Ribeiro, Benedita da Silva, Jurema Batista, Leci Brandão, Chiquinha Gonzaga, Ruth de Souza, Elisa Lucinda, Elza Soares e várias outras que são exemplos de mulheres guerreiras, que tiveram e ainda têm importância na história da população feminina, negra e brasileira, servindo de referência até os dias atuais.

Essas são as legítimas representantes da luta das mulheres negras pela liberdade de seu povo. Elas aumentaram não somente a liberdade, mas também uma sociedade livre de opressão e racismo, desafiando as estruturas machistas vigentes em diferentes períodos históricos e estimulando uma série de levantes populares no Brasil (DEALDINA, 2020, p.37).

Basta uma rápida pesquisa sobre quilombos no Brasil e na Bahia - o estado mais negro do país - para verificar que boa parte dos estudos não analisa a presença das mulheres negras do ponto de vista de sua importância histórica, econômica e cultural para organização social e política das comunidades quilombolas, já que até hoje são as responsáveis pela manutenção das atividades culturais desses grupos:

Somos mantenedoras do legado cultural, da preservação das danças, das rezas, das ladainhas, dos contos, do manuseio do capim Dourado, dos assentos religiosos, do modo de fazer a farinha, ou, os doces típicos dos quilombos. [...] somos rezadeiras, raizeiras, benzedadeiras, parteiras, coveiras, líderes comunitárias, representantes associativas, estudantes, profissionais de diferentes áreas de trabalho, integrantes e lideranças de movimentos, guardiões dos santos e das bandeiras das manifestações culturais, entre outros tantos afazeres (DEALDINA, 2020, p.38).

Vale lembrar que historicamente a fala antecede a escrita, que só foi criada a partir da necessidade de se registrar alguns acontecimentos. É por meio da oralidade que a cultura afro-brasileira resistiu aos processos de dominação eurocêntricos ao longo do tempo, já que existem poucos registros escritos. A oralidade possibilita a manutenção da cultura que é fundada na ancestralidade. Desse modo, é através desses saberes ancestrais que essas mulheres criam uma relação do passado com o presente, ressignificando suas vivências.

Nos quilombos, os valores culturais, sociais, educacionais e políticos são transmitidos às e aos mais jovens pela oralidade. A mulher quilombola tem um papel fundamental na transmissão e na preservação das tradições locais; da manipulação das ervas medicinais, no artesanato, na agricultura, na culinária e nas festas. São as mulheres quilombolas que desempenham um papel central, estabelecendo vínculos de solidariedade e transmitindo experiências (DEALDINA, 2020, p.37).

No Brasil, bem como no continente africano, é usado o termo Griô⁷ para simbolizar a tradição oral e conseqüentemente, a perpetuação da cultura em comunidades tradicionais. Os griôs são os portadores dos saberes e fazeres da cultura, transmitindo os ensinamentos de geração em geração. Um exemplo disso são as mães ou pais de santo no candomblé, as rezadeiras, parteiras etc., que em sua maioria são figuras femininas, como visto anteriormente. Dessa forma, o alicerce da comunidade é a figura feminina e a atuação delas está diretamente ligada a identidade e oralidade, elementos fundamentais em comunidades tradicionais.

As mulheres quilombolas atuam como um acervo da memória coletiva; com elas estão registradas as estratégias de luta e resistência nos quilombos, os conhecimentos guardados e passados de geração em geração. São diferentes formas de produção de conhecimento, através de uma diversidade de saberes, incluindo conhecimentos tradicionais e científicos. Dentre os papéis que desempenham está o de guardiãs da pluralidade de conhecimentos que emergem e são praticados nos territórios quilombolas (SILVA, 2020, p. 54).

As mulheres quilombolas têm também se destacado no enfrentamento ao avanço de grandes empreiteiras, latifundiários e outros setores do capital, em defesa do reconhecimento do território quilombola:

Nós, mulheres quilombolas, temos um papel de extrema importância nas lutas de resistência, pela manutenção e regularização dos nossos territórios. No quilombo ou na cidade, temos sido as guardiãs das tradições da cultura afro-brasileira, do sagrado do cuidado das filhas e filhos, das e dos crioulos, da roça, das sementes, da preservação de recursos naturais fundamentais para a garantia dos direitos (DEALDINA, 2020, p.37).

Elas são exemplos de participação na luta em defesa pela delimitação, certificação e titulação de seus territórios. Contudo, engana-se quem acredita que nesses espaços não há desigualdade de gênero e valores patriarcais. Muitas vezes,

⁷O griô baseia-se na tradição oral e é usado para difundir experiências culturais e conhecimentos da comunidade. É o griô responsável por guardar as histórias de um povo e transmiti-las de geração em geração.

além de cuidar da roça, do artesanato, das plantas medicinais e outras atividades na comunidade, têm as tarefas domésticas – elas também sofrem de uma dupla jornada de trabalho, mas ainda assim, juntas, elas lutam para vencer o preconceito e o machismo dentro e fora de suas comunidades. É uma luta política sustentada na coletividade:

Se falamos de mulheres negras e quilombolas, é preciso reconhecer as especificidades do contexto em que elas estão inseridas. Falamos de mulheres que, em seus quilombos, travam batalhas contra opressões específicas: a sobrecarga do trabalho para o sustento, do trabalho na terra e do cuidado do lar e da coletividade; o engajamento na luta pelo território e pela sobrevivência; o enfrentamento da violência de gênero, domésticas e dos conflitos territoriais. São mulheres que sempre trabalharam no campo e em outras atividades para garantir seu sustento e da família. Mulheres que cuidam dos afazeres do lar e, no entanto, mesmo de forma indireta, não deixam de ser lideranças e trabalhar pela proteção da comunidade, agindo pela defesa e promoção de outras mulheres – ações que caracterizariam como feministas, um termo, aliás, estranho para muitas da comunidade (SOUSA A., LIMA, SOUSA M., 2020, p.90).

Em concordância com Sousa (2020), por estarem na frente de batalha de diversas lutas, estão mais expostas às violências causadas pelos conflitos territoriais, à supressão dos direitos causados pela falta de políticas públicas, conflitos na gestão do território, falta de oportunidades, entre outras situações. Ser mulher quilombola não é fácil, é uma luta diária. Apesar de todos os problemas, o gênero feminino está se fazendo presente nas lideranças comunitárias, resistindo, colocando em questão suas particularidades e inspirando outras mulheres:

A mulher quilombola está o tempo todo lutando pela existência e permanência do quilombo e do seu povo, articulando uma rede de colaboração em sua comunidade para possibilitar esse processo de luta. É esse trabalho de articulação, na maior parte das vezes invisível, que assegura que, enquanto uma parte da comunidade está à frente da luta organizando os protestos e ações nas instituições, a outra parte atue como uma rede de apoio para que o processo de luta ocorra (SOUSA A., LIMA, SOUSA M., 2020, p. 89).

Inseridas em diferentes espaços de poder, as quilombolas vêm quebrando barreiras da invisibilidade e colaborando no desenvolvimento das comunidades em que atuam. Se antes o espaço de atuação feminina estava relacionado ao seio familiar, hoje, essa luta toma outros sentidos. São elas que cada dia mais têm

ocupado as associações comunitárias e outros cargos de poder, influenciando na dinâmica de seus territórios. “Ser liderança comunitária significa muito mais que administrar as associações, significa estar disposta a lutar por terra, por saúde, por educação, por melhores condições de vida, direitos que lhes foram negados historicamente” (MONTEIRO, 2013, p.116). Aqui bem se vê como atuam integrando as diferentes partes da vida. Essas mulheres carregam consigo uma história de lutas cotidianas, seja enfrentando os preconceitos, os fazendeiros ou o Estado. Ainda de acordo com Monteiro (2013), elas têm se politizado compreendendo que não basta apenas o Estado reconhecer essa dívida histórica - é preciso garantir o território e as condições para permanecer vivendo e trabalhando nele. Para garantir esse direito é preciso lutar e essas mulheres têm lutado das diversas formas possíveis. Assim, é possível compreender tamanha importância delas para a comunidade, capazes de transformar a realidade na qual estão inseridas.

Um exemplo na atualidade são as quilombolas do estado da Paraíba. É o gênero feminino que tem se articulado em grupos produtivos voltados para a confecção de artesanato, corte e costura, produção de sabão e cultivo de horta, visando melhorias de toda a comunidade. São ações realizadas eminentemente por mulheres, ocasionalmente há a participação masculina, mas são elas que estão à frente e em maior número, organizando e participando das atividades (MONTEIRO, 2013).

Outra batalha travada diariamente por elas é nos espaços de deliberação política em que elas têm se articulado para denunciar as diversas formas de violência e a ausência do estado em seus territórios.

Na labuta diária, temos formulado e apresentado nossas demandas em diferentes espaços, denunciando o racismo institucional, mobilizando judiciário nacional e as cortes internacionais, lutando contra invisibilidade, a marginalidade, a violência doméstica, sexual e psicológica (DEALDINA, 2020, p.38).

Mesmo diante de uma sociedade machista, as mulheres exerceram e ainda exercem um papel de grande importância como agentes transformadores do espaço. Em comunidades tradicionais, é na figura feminina que está representado o saber medicinal e cultural, por exemplo. Nos remanescentes de quilombo, tal característica pode ser observada na “figura matriarca”, que é respeitada na comunidade e se torna responsável pela continuidade da cultura do grupo.

Ser mulher negra é denunciar diariamente a violação dos seus direitos perante um Estado ausente. Seja no âmbito acadêmico ou fora dele, debater sobre questões de gênero é reconhecer e reafirmar a importância histórica dessas mulheres para a sociedade brasileira. Por muito tempo, esses agentes foram ocultados e apagados da história oficial. Tratando-se de mulheres quilombolas, elas se configuram como redes de conhecimentos ancestrais, a exemplo das parteiras, rezadeiras, mães-de-santo, benzedadeiras e uma infinidade de outras práticas presentes no dia a dia dessas comunidades. São conhecimentos obtidos nas práticas cotidianas e que estão intimamente relacionados com a oralidade, característica muito importante para esses grupos.

O discurso de fragilidade feminina muitas vezes parece não se aplicar às mulheres negras. Ao longo do tempo, criou-se o mito de que os corpos negros são mais resistentes às opressões e não estão vulneráveis às dores, sejam elas físicas ou estruturais. É evidente que as experiências de mulheres brancas e negras são diferentes, mas vale destacar que o intuito desta pesquisa não é reforçar este estereótipo de mulher negra sempre resistente, que não chora, que enfrenta tudo independentemente do que aconteça e sim identificar e reafirmar a importância histórica delas na sociedade brasileira, além de dar voz a essas mulheres que durante muito tempo foram invisibilizadas das histórias oficiais.

1.3 Desafios enfrentados pelas mulheres quilombolas na Pandemia

Além da violência que os latifundiários e grandes empresários impõe aos territórios tradicionais, a pandemia do Covid-19 tornou ainda mais exposto as desigualdades enfrentadas por esses grupos, em especial, os quilombolas. Para refletir sobre tais questões, o canal do *youtube* Teia dos Povos, convidou duas lideranças femininas para discutir o impacto da pandemia em seus territórios e como elas têm se articulado diante das dificuldades causadas também, pelo vírus.

Militante do Movimento de Pequenos Agricultores e liderança do Quilombo Engenho da Ponte, em Cachoeira-BA, Mara Abadia aponta que uma dos principais obstáculos enfrentados pela comunidade é a aquisição de materiais protetivos como máscaras e álcool em gel. Com a dificuldade de acesso à cidade, a limpeza se tornou insuficiente, aumentando as chances de proliferação do vírus.

Em Ilha de Maré a realidade não é muito diferente. Localizada em torno da Baía de Todos os Santos, a comunidade vive exclusivamente da pesca, agricultura, artesanatos e culinária. Além da poluição causada pelo Centro Industrial de Aratu, em decorrência do *lockdown*, o quilombo enfrenta dificuldade para escoar sua produção, afetando na renda mensal dos moradores, como informa Eliete Paraguassu, líder do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais- MPP. Os quilombolas dependem do território para sua sobrevivência. Os produtos oriundos das plantações, assim como os peixes e plantas medicinais são vendidos nas feiras livres e a comerciantes das cidades. Mas com as medidas de quarentena e isolamento, os moradores ficaram impedidos de escoar seus produtos. “Os nossos pescados estão empilhados” (TEIA DOS POVOS, 2020). E os que se arriscam, podem ser infectados pelo vírus.

Sem política de saúde específica para a população quilombola, as comunidades são obrigadas a criar os próprios mecanismos de sobrevivência, principalmente as que se encontram em áreas rurais. Dessa forma, Eliete reitera a importância das curandeiras e conhecimento das plantas medicinais nesses territórios. É através dessas práticas, em sua maioria realizada por mulheres, que os moradores suprem a necessidade de atendimento médico. A carência de políticas públicas específicas para atender as necessidades dos grupos tradicionais exige que os quilombolas saiam de suas comunidades, aumentando o risco de contágio do vírus. Frente a esses impasses, as lideranças têm se organizado e solicitando o fornecimento de cestas básicas e materiais de limpeza para a Fundação Palmares, mas esta não respondeu

A implementação de barreiras sanitárias foi uma das medidas tomadas pelos municípios para tentar impedir o avanço do vírus, porém, as comunidades citadas tiveram que tomar a medida por conta própria. Negligenciadas por parte das Secretarias de Saúde e do Ministério da Saúde, os próprios moradores instalaram barreiras para impedir a entrada de pessoa que não residissem no quilombo.

Outro impasse enfrentado por esses grupos é com relação ao acesso à renda básica emergencial. Com a diminuição dos transportes público e privado, há quem precise ir até o centro urbano e não consiga. As lideranças relataram que o processo de cadastramento via aplicativo e ausência de informações, também tem gerado problemas, forçando os moradores irem à Caixa Econômica Federal várias vezes, enfrentando grandes filas e conseqüentemente, aumentando o risco de

contaminação. Além disso, alguns tiveram complicações no cadastro e atualização de dados, não recebendo o auxílio, o que afetou a renda de várias famílias.

Frente a essas questões, as mulheres têm se organizado e criado estratégias para amenizar os efeitos decorrentes da pandemia. Na comunidade Engenho das Pontes, a Articulação de Mulheres Negras fez uma rifa para tentar suprir as necessidades das famílias em situação de maior vulnerabilidade, além de criar estratégia de cooperação: quem tem mais de um produto, ajuda a outra que não possui e assim sucessivamente (TEIA DOS POVOS, 2020).

A precariedade do serviço de telefone e internet também se tornou um dos vilões nas comunidades quilombolas, uma vez que tem prejudicado os estudantes a cumprirem as atividades online e os moradores terem acesso aos auxílios que tem sido distribuído. A pandemia só aumentou os problemas já enfrentados por esses grupos. As famílias dependem de idas esporádicas às cidades para comprar alguns suprimentos, receber dinheiro, vender seus produtos, pagamentos de conta, entre outros.

Além da insuficiência de políticas públicas específicas, elas estão lidando com várias demandas advindas com a pandemia. Seus corpos que estão à frente das mobilizações, se reunindo em grupos de trabalho, em debates, realizando encontros *online* a fim de juntas, construir mecanismos de sobrevivência de seu povo.

2. MULHERES QUILOMBOLAS PELO BRASIL: UM BREVE MAPEAMENTO

Desde o período colonial, o protagonismo feminino se faz presente. Se antigamente elas foram importantes para a difusão de informações entre os quilombos, na contemporaneidade elas têm impulsionado a luta de seu povo através dos conhecimentos tradicionais, rompendo a supremacia de resistência ligadas a figuras masculinas, como Zumbi dos Palmares.

Embora o Quilombo dos Palmares seja o mais conhecido nacionalmente, existem cerca de 3.467 comunidades quilombolas em pelo menos 24 estados do Brasil: Amazonas, Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins, segundo a Fundação Cultural Palmares (2021). Muitos desses locais resistiram ao tempo e mantêm-se vivos e atuantes em defesa do seu território.

Dentro do cenário nacional, a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ se destaca na luta quilombola. Com 20 anos de existência, a organização de âmbito nacional sem fins lucrativos representa parte das comunidades quilombolas no Brasil objetivando a garantia de uso coletivo do território, a implementação de políticas públicas, educação que leve em consideração o modo de viver nos quilombos, além de evidenciar o protagonismo e autonomia das mulheres quilombolas. A Conaq reconhece que não existe luta quilombola sem a participação feminina pois são elas que ao longo da vida, sendo mães ou não, são responsáveis pelo lar, cuidam da roça, dos animais, torram farinha, fazem carvão, são responsáveis pela manutenção da cultura em seus territórios, em definitivo, na labuta diária dos afazeres cuidam da família e da comunidade. (CONAQ, [21--]).

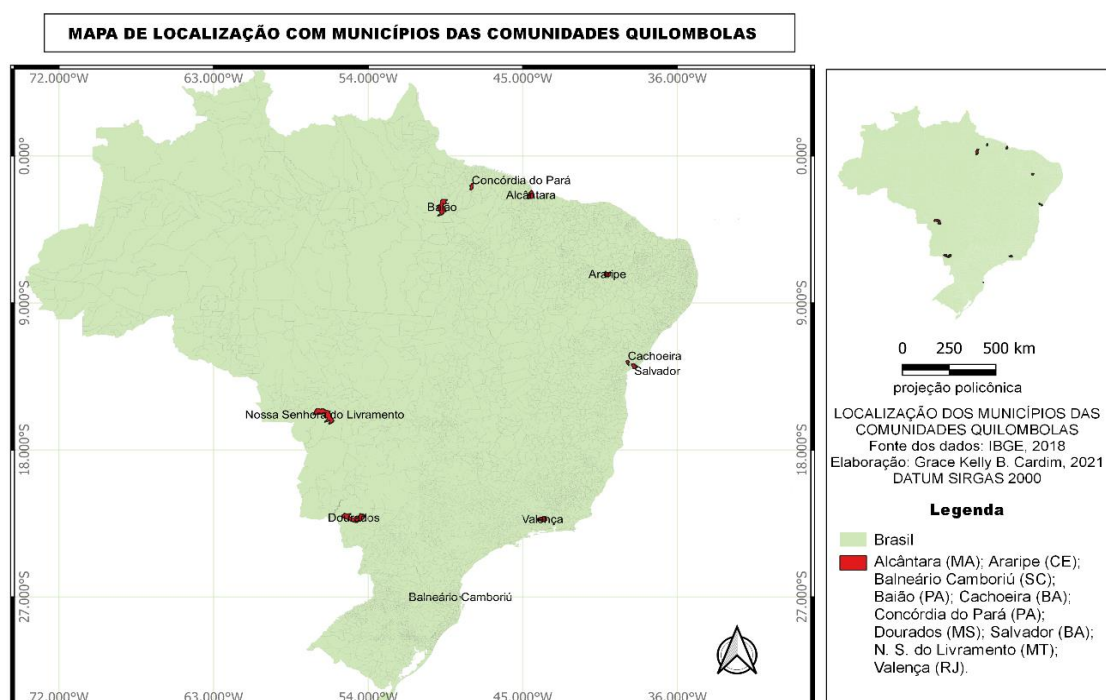
Neste capítulo foi feito um breve mapeamento de comunidades onde as mulheres exercem papéis de liderança e de destaque dentro de seus territórios. Inseridas nos diversos espaços sociais, políticos e culturais, são elas as principais agentes na luta pela garantia de seus direitos e na construção de uma identidade quilombola. Lutam contra a intolerância, o preconceito, a desigualdade e a falta de

oportunidades. Diante desse contexto, elas criam seus filhos, preservam sua origem, e além de serem mães e educadoras ainda prezam pela sustentabilidade de suas comunidades, como afirma Figueiredo (2013). São personagens que, mesmo atravessadas pelos preconceitos de gênero e raça, paradoxalmente vêm exercendo esse protagonismo, como outrora exerceram essas mulheres da história quilombola no país,

como Zeferina que, em 1826, liderou o levante de Urubu; Dandara, que, no século XVII, atuou como liderança quilombola, lutando ao lado do líder Ganga Zumba; Tereza, que, no século XVII, no Mato Grosso, era líder quilombola; Felipa Maria Aranha, que, no século XVII, foi chefe quilombola em Tocantins; e Mariana, que, no século XIX, no Rio de Janeiro, liderou uma rebelião escrava (ALMEIDA, 2018, p.90-91).

A concepção de quilombo feminizou-se e passou a ser orientada “por outros afetos que não apenas aqueles ligados à concepção tradicional de quilombo, ao campo do masculino, marcado por atributos como força e virilidade” (ALMEIDA, 2018, p.273), mas também a práticas culturais relacionadas ao feminino como o cuidado e a memória, destacando a luta dessas mulheres para a sobrevivência e seu povo. Veremos como isto acontece nas 10 comunidades quilombolas estudadas cujo mapa de localização das 10 comunidades quilombolas é apresentado a continuação.

Figura 1: Mapa de localização dos municípios das comunidades quilombolas



Fonte: Elaborado pela autora, 2021

2.1 Comunidade Quilombola de Itamatatua/MA

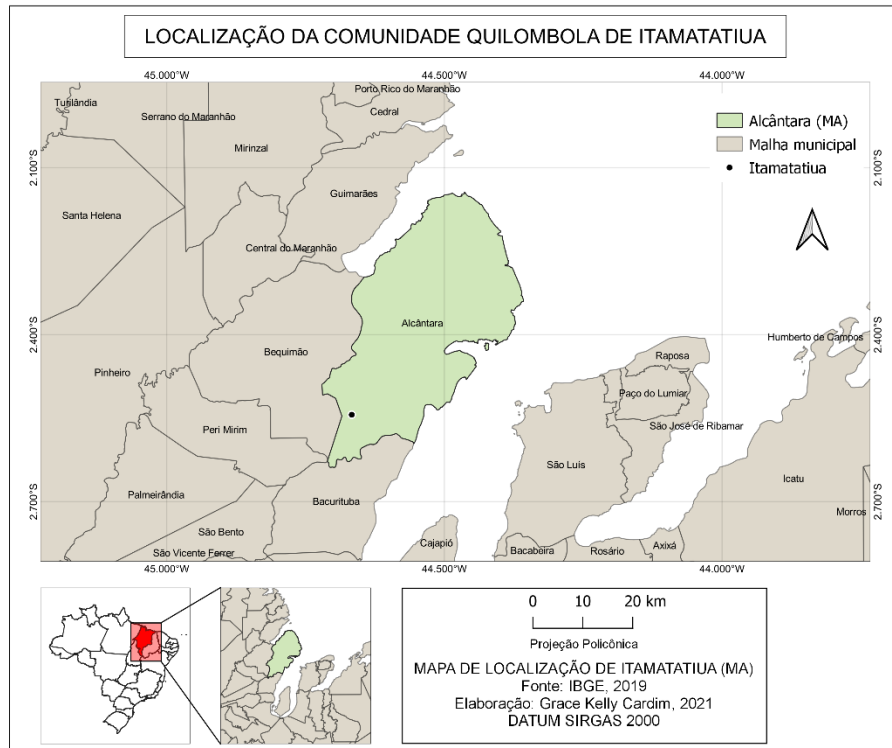
O Maranhão é um dos 9 estados brasileiros que integram a região Nordeste. Assim como os demais estados do litoral é possível perceber em seu território a cultura deixada pelos antepassados africanos. A influência da cultura negra é perceptível na formação do povo maranhense, expressando-se em vários aspectos como na oralidade, culinária, religiosidade, na dança, entre outros elementos culturais. Segundo dados do último censo do IBGE (2010), o Maranhão é o estado com um dos maiores índices de identificação preta e parda do país, compreendendo cerca de 76,2%.

Com uma população de 6.574.78 habitantes (IBGE, 2010), o Maranhão é um dos estados com a maior quantidade de comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares, ficando atrás apenas do estado da Bahia. Ao todo são 846 Comunidades Remanescentes de Quilombo – CRQs, sendo 589 certificadas (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2021). Dentre elas está a comunidade de Itamatatua (figura 2), conhecida como *Terras de Santa Teresa de Jesus*⁸ (PEREIRA JUNIOR, 2012).

A comunidade pertence ao município de Alcântara (figura 2), cerca de 30 km distante da capital São Luís, possuindo um IDHM, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de 0, 573, considerado muito baixo pelo IBGE (2010). Das 21.851 pessoas, 15.452 residem no espaço rural, estando 46,21% em situação de extrema pobreza. Alcântara é considerada, no cenário nacional, como o local que abriga o maior quantitativo de Comunidades Quilombolas. A CRQ de Itamatatua existe a mais de 300 anos, sendo uma das principais e mais antigas comunidades da região. Reconhecida apenas em 2006 pela Fundação Palmares, porém, até os dias atuais a comunidade aguarda o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID, responsável por identificar e delimitar o território das CRQs para obter o título definitivo da terra (PEREIRA, SANTOS, BARREIRA, 2016).

Figura 2: Mapa de localização da comunidade de Itamatatua

⁸ Padroeira da comunidade na qual há intensa relação existente entre as pessoas dos povoados com os atos de devoção à Santa Teresa de Jesus, a quem é atribuída a propriedade. (PEREIRA JUNIOR, 2012)



Fonte: Elaborado pela autora, 2021

Conforme Pereira, Santos e Barreira (2016) na comunidade vivem cerca de 132 famílias, contabilizando um total de 452 pessoas - 44,4% homens, 40,7% mulheres e 14,9% crianças e jovens. Ainda de acordo com as autoras, as condições sanitárias são insuficientes, com casas feitas de ripas ou varas cobertas de barro. Na maioria das casas o abastecimento é feito através de poços ou nascestes e é inexistente posto de saúde ou coleta de lixo.

Em 2019 o Banco do Nordeste- BNB, entregou o prêmio BNB de Jornalismo, na categoria estadual – Maranhão, para a jornalista Cristiane Viana Moraes Melo, da TV Difusora de São Luís, pelo seu trabalho intitulado “Quilombo de Itamatatuiua e a força das mulheres ceramistas”, que apresenta como as mulheres da comunidade citada organizaram uma associação objetivando aumentar a produção e a renda familiar, além de perpetuar a tradição (MELO, 2019).

A Associação de Mulheres foi organizada há mais de 10 anos e desde então tem se tornado referência para toda a população do quilombo de Itamatatuiua, como ratificam as autoras. Após a morte do senhor Eurico, em 1991, a comunidade tem sido liderada por mulheres, o que se tornou um diferencial:

Há de se ressaltar que o comando do gênero feminino em Itamatatuiua não é recorrente em outras comunidades quilombolas de Alcântara e do Maranhão. Em diversas regiões do estado, ao contrário de Itamatatuiua, são os homens que coordenam os sítios

quilombolas, organizando- se social e politicamente (REIS, 2010, p. 134).

As mulheres ao longo dos anos têm buscado melhores condições, principalmente as negras e quilombolas, que junto à sua comunidade, lutam por acesso ao território e manutenção de sua cultura. A força para manter viva a tradição das cerâmicas vem principalmente delas, as ceramistas de Itamatatiua, que são verdadeiros exemplos de fé e resistência da cultura de seu povo. Parafraseando Cassimiro e Souto (2010, p. 15-16), “a participação das mulheres em associações por si organizadas permite-lhes adquirir não apenas recursos materiais – terra, trabalho e capital – mas também recursos políticos ou sociais acedendo.”

Em concordância com os autores, a organização das ceramistas é importante na medida que promove o empoderamento feminino, tornando-as independentes financeiramente e incentivando a estarem a frente na luta de defesas desses espaços, agregando valores que somados fortalecem o sentimento identitário do ser quilombola. “Esse empoderamento é que têm lhes possibilitado desfrutar de conquistas e do reconhecimento, tanto por parte dos cientistas sociais quanto da mídia internacional” (PEREIRA, SANTOS, BARREIRA, 2016, p.124).

A sede da Associação da Produção de Cerâmica foi construída com ajuda de entidades públicas e privadas, um marco na vida das itamatatiuenses, “que deixam o espaço privado, suas casas, para se reunirem em um espaço coletivo que atrai públicos nacionais e internacionais para aquisição desses produtos” (PEREIRA, SANTOS, BARREIRA, 2016, p. 127). O trabalho coletivo já lhe rendera resultados como a compra de um caminhão, instalação de energia elétrica e a construção de um poço artesiano para a comunidade.

Elas preservam até os dias atuais os ensinamentos que foram passados de geração em geração e vivem modelando a argila que é retirada na própria comunidade. Assim, elas vão dando formas a objetos que fazem parte da cultura negra, como reitera as autoras. É através da cerâmica que as ceramistas se apropriam e demarcam seu território, carregado de história e ancestralidade. É nesse espaço que exercem suas tradições e reafirmam seu sentimento de pertencimento, reafirmando sua territorialidade.

Através do trabalho de Pereira, Santos e Barreira (2016) é possível compreender que a atividade desenvolvida por essas mulheres retrata a história de seu povo, transformando em ganho uma herança ancestral enquanto lutam pela

terra, conservando suas tradições como por exemplo à extração da argila. A retirada do material é controlada apenas pelas mulheres da comunidade, que extraem de diferentes locais, como uma espécie de rodízio, para que haja recuperação das áreas.

Em meio às condições características de Itamatatiua, a autonomia e importância das mulheres para a comunidade supracitada é compreendida a partir de Pereira, Santos e Barreira (2016) no momento em que expõem como as mulheres têm desenvolvido atividades tradicionais e seculares como a produção de cerâmica e em conjunto com a agricultura de subsistência, aposentadoria e benefícios provenientes de programas do Governo Federal, vem exercendo sua independência e auxiliando no sustento do núcleo familiar.

. Os artefatos feitos por as itamatatiuenses carregam uma identidade quilombola. São peças que representam as mulheres, a natureza, os afazeres cotidianos e a cultural local, assim, ao moldar as peças, essas mulheres expõe suas histórias através do barro servindo como difusores da cultura do seu povo. Dessa forma, as atividades desenvolvidas pelas ceramistas são inerentes ao cotidiano das itamatatiuenses. Um dos exemplos é a organização da Festa de Santa Tereza D'Ávila de Jesus, considerada uma mãe pelos moradores. “A união resulta em meses de preparação, onde as senhoras chamadas caixeiras saem recolhendo joias nas localidades vizinhas a fim de levantar fundos para custear as despesas com a festa.” (PEREIRA, SANTOS, BARREIRA, 2016, p.128)

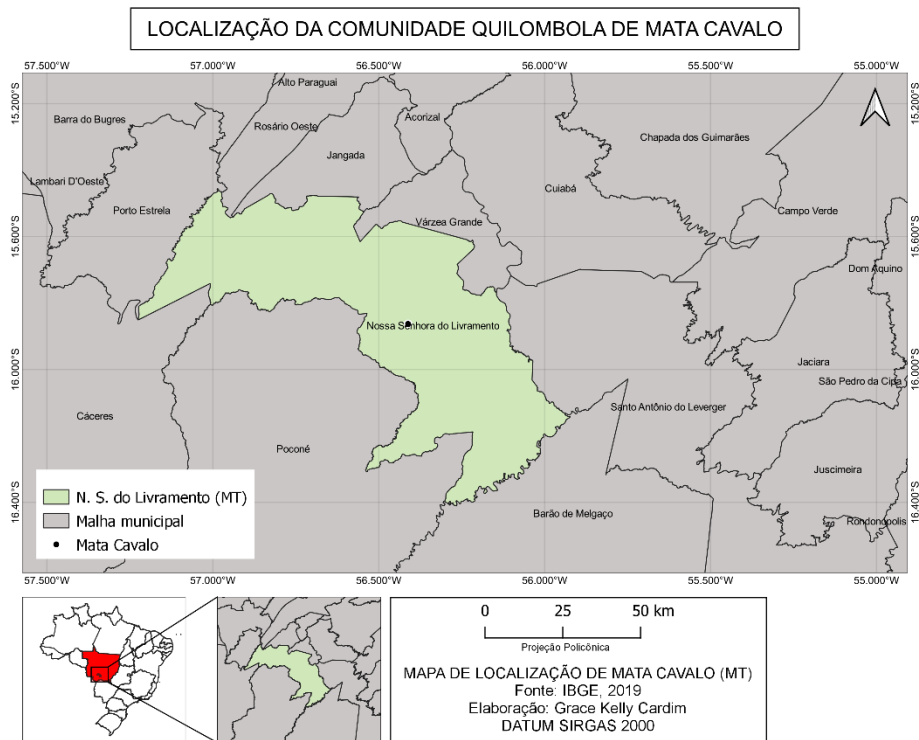
Por fim, as autoras apontam que mesmo o gênero feminino estatisticamente não seja predominante, as mulheres da CRQs de Itamatatiua mobilizam a estrutura social, política e econômica da comunidade. São elas as encarregadas da liderança na comunidade. “Liderança que se tornou um diferencial em termos de organização social na localidade.” (PEREIRA, SANTOS, BARREIRA, 2016, p.127)

Sendo assim, as mulheres têm um papel fundamental na manutenção das atividades na comunidade de Itamatatiua. Todo o processo de produção da cerâmica é artesanal e centenária e se mantém vivo graças a elas, sujeitos sociais ativos que durante séculos passaram seus saberes de geração para geração, ajudando a preservar a identidade local.

2.2 Complexo Quilombola Mata Cavallo/MT

Outra comunidade exemplo de mulheres que estão comprometidas com as lutas de seu território é a Complexo Quilombola de Mata Cavalo (figura 3), localizada no Município de Nossa Senhora do Livramento-MT, aproximadamente 50 Km da capital, Cuiabá. Segundo os dados do INCRA (2021), vivem no território, aproximadamente 418 famílias, distribuídas em seis comunidades com denominação utilizada a partir da identificação dos moradores. Entre elas, a comunidade Mutuca estabeleceu uma organização matriarcal, quebrando padrões estabelecidos socialmente e legitimando as mulheres como líderes da comunidade, segundo afirmam Oliveira, Osti e Passos (2018).

Figura 3: Mapa de localização da comunidade de Mata Cavalo



Fonte: Elaborado pela autora, 2021

As autoras constataram que toda a base organizacional da comunidade se dá através da liderança feminina que se caracteriza “como uma herança cultural das mulheres africanas que coordenavam os movimentos de resistência dos negros contra os senhores feudais e fazendeiros, sendo passada de geração a geração entre as mulheres quilombolas”. As táticas de resistência e luta das mulheres se constroem de forma coletiva, a exemplo das mulheres negras do quilombo, que a partir de um reconhecimento comunitário, criam associações em sua maioria presididas por mulheres, demonstrando que o poder feminino é possível. (OLIVEIRA, OSTI, PASSOS, 2018)

Diante de tantos exemplos de força de mulheres quilombolas no estado de Mato Grosso, destaca-se a Tereza de Benguela, que governou o quilombo Quariterê, após a morte do seu marido, no final do século XVIII. Assim como a *Rainha Tereza*, como ficou conhecida, as mulheres de Mata Cavalo são exemplos de liderança feminina, tecendo estratégias nas práticas cotidianas, ressignificando vivências, identidade e ancestralidade. Algumas dessas mulheres assumem papéis significativos, seja no seio familiar ou comunitário, como nas roças e festividades da comunidade, como demonstra o curta-metragem produzido por Kátia Meirelles (2013) sobre a Comunidade Quilombola Mata Cavalo. As ações realizadas por essas mulheres são essenciais para a resistência do grupo, contribuindo fortemente para a permanência no território. Assim como os homens, as mulheres da comunidade se envolvem ativamente na luta em defesa do território e regulamentação fundiária, que é um dos principais obstáculos a ser superado pelos matacavalenses.

No que tange a organização social e política da comunidade, as mulheres exercem o papel de recepcionar ao visitantes. Além da estrutura física, elas dominam o conhecimento acerca da economia de subsistência que conta com uma variedade de hortaliças, leguminosas e frutas (OLIVEIRA, OSTI, PASSOS, 2018).

A escola ultrapassa a dimensão física, tornando-se uma área coletiva onde se centram as lutas das comunidades e se promovem os encontros culturais com feiras culturais. Em relação as comemorações culturais, Mata Cavalo reforça a importância de manter as tradições,

A partir do trabalho de Oliveira, Osti e Passos (2018) e Meirelles (2013), verifica-se que as mulheres do complexo quilombola Mata Cavalo exercem um papel de extrema importância para a vida cotidiana, que muitas vezes está para além do físico.

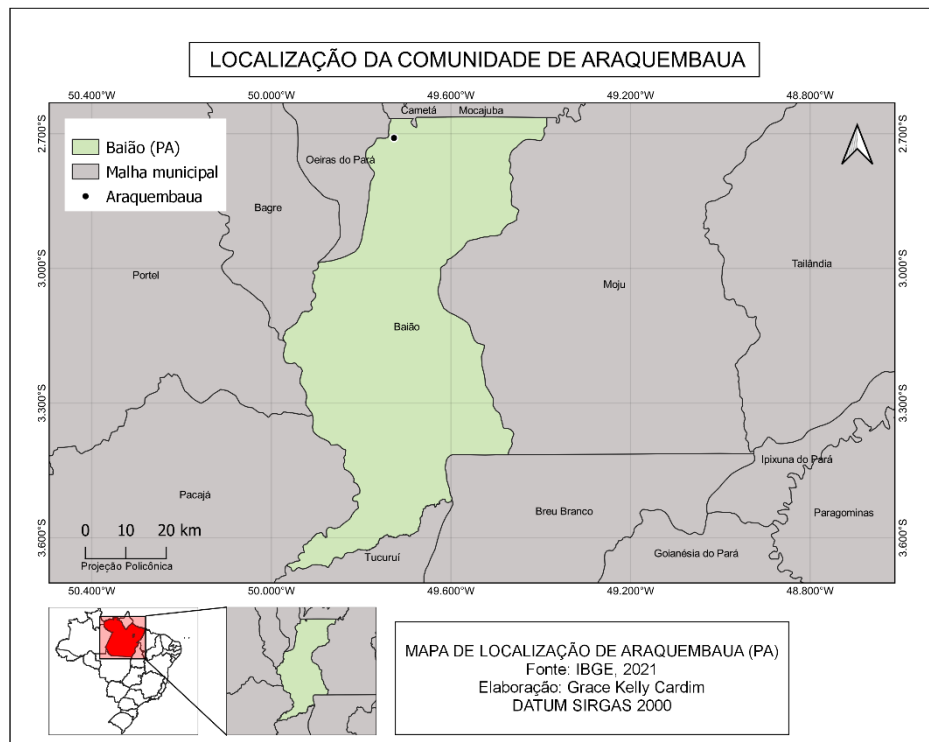
2.3 Comunidade Quilombola de Araquembaua/PA

Com o processo de ampliação da malha rodoviária a partir do século XX, ocorreu um intenso crescimento de exploração por parte dos grandes empreendimentos nos interiores brasileiros, e na região amazônica não foi diferente. “a partir da década de 1960, ocorreu um intenso avanço do modo capitalista de produção no campo, [...] que objetivava a ocupação e o desenvolvimento do

território” (LOPES, 2018a, p.1). Já nas lutas de resistência pelo território amazônico a finais do século XIX, Lopes (2018b) observou vários exemplos de mulheres que exerceram papéis significativos e aponta que durante a Revolução Cabana⁹ as mulheres ofereciam alimentos e abrigo aos combatentes além de serem responsáveis pela administração do que era necessário para a sobrevivência familiar - inclusive, algumas estiveram no *front* de batalha para levar armas e munições aos combatentes.

Na contramão das políticas excludentes, um ator social tem se tornado protagonista em movimentos de resistência socioterritorial: as mulheres araquembauenses, que a partir da titulação em 2002 garantiram a seguridade da terra, preservando a reprodução dos modos de vida dos grupos tradicionais. A comunidade quilombola de Araquembaua, localizada no município de Baião-Pa, conforme mostra a figura 4.

Figura 4: Mapa de localização da comunidade de Araquembaua



Fonte: Elaborado pela autora, 2021

⁹ A Cabanagem foi uma revolta popular ocorrida durante o período imperial brasileiro entre 1835 e 1840 na antiga Província do Grão-Pará, atualmente território dos estados do Pará, Amazonas, Amapá, Roraima e Rondônia.

Segundo Lopes (2018b) a comunidade em questão foi afetada pela construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (1974-1984) e o avanço das madeiras, causando uma perda significativa da cobertura vegetal e redução dos pescados com o aumento da caça predatória, transformando o território em mercadoria e motivo de disputas entre os nativos e grandes empresários.

Conforme reitera Lopes (2018b), é através das falas que se encontram as maiores pistas para poder compreender o papel da mulher no quilombo de Araquembaua, que de forma coletiva, organizou mecanismos de resistência em torno da manutenção da família, da preservação de saberes ancestrais relativos à cura, do manejo de ervas aos cuidados espirituais. É na memória oral que se manifesta a visibilidade da liderança feminina, pois é por meio dela que os saberes são socializados. São parteiras, benzedeadas, curandeiras, mulheres batalhadoras que diariamente cuidam da saúde familiar e da comunidade além de garantir o sustento de seus familiares através da pesca e agricultura. Assim, “tornaram-se símbolos de força, resistência e sabedoria, mulheres que eram “diferentes”, que se destacavam pela sua luta e capacidade de organizar a vida coletiva.” (LOPES, 2018b, p.11)

A religiosidade é algo marcante para a comunidade, tendo a igreja católica como a principal representatividade. Em conformidade com Lopes (2018b), as práticas de benzimento e pajelança¹⁰ existiram antes das tradições católicas. Era de responsabilidade masculina organizar as rezas e benções, porém o manejo das ervas, era por conta das mulheres.

Apesar do aumento das práticas religiosas cristãs, a procura por benzedeadas e curandeiras permanece como prática cultural marcante na comunidade, como afirma a autora, apresentando a importância da transmissão e manutenção dos saberes ancestrais para os remanescentes de quilombo; e “os ensinamentos em torno da fogueira, nas rodas de batuque, nos mutirões para a realização das atividades produtivas ou construção das novas casas que assumem o papel pedagógico” (LOPES, 2018b, p.17).

Antes do funcionamento da escola, as mulheres que tinham tido a oportunidade de estudar um pouco mais se dedicavam a compartilhar seus

¹⁰ Conjunto de práticas de cura de grupos tradicionais, assim como as rezadeiras. Os pajés são representações de aldeias indígenas, mas por estar localizada no território amazônico, as culturas se mesclaram.

conhecimentos com os demais. As araquembauenses estão presentes na organização do trabalho, são as principais líderes nos processos pedagógicos, são as portadoras dos saberes ancestrais das práticas medicinais e religiosas e principais guardiãs dos saberes culturais. Habitadas a educar, as mulheres foram as principais encarregadas na reprodução dos novos conhecimentos em Araquembaua (LOPES, 2018b).

Responsáveis por guardar a memória e trajetória de seu povo, as benzedeadas, curandeadas e parteiras não ocupam posições menos importantes. Se alguém ficava doente, pediam ajuda às benzedeadas, se alguma gestante entrasse em trabalho de parto, pedia ajuda as parteiras, que cuidavam do início ao fim da gestação. Era através dos conhecimentos tradicionais, que as mulheres zelavam pela saúde da comunidade, como informa a autora.

Lopes (2018b) ainda declara que as mulheres também foram as principais condutoras da colheita de flores, atividade que cresceu no território na década de 1990, estimulada pelo Programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia - POEMA/UFPA. A flor do campo brotava na mata virgem e o tratamento demandava alguns cuidados, contudo, a coleta durou pouco tempo.

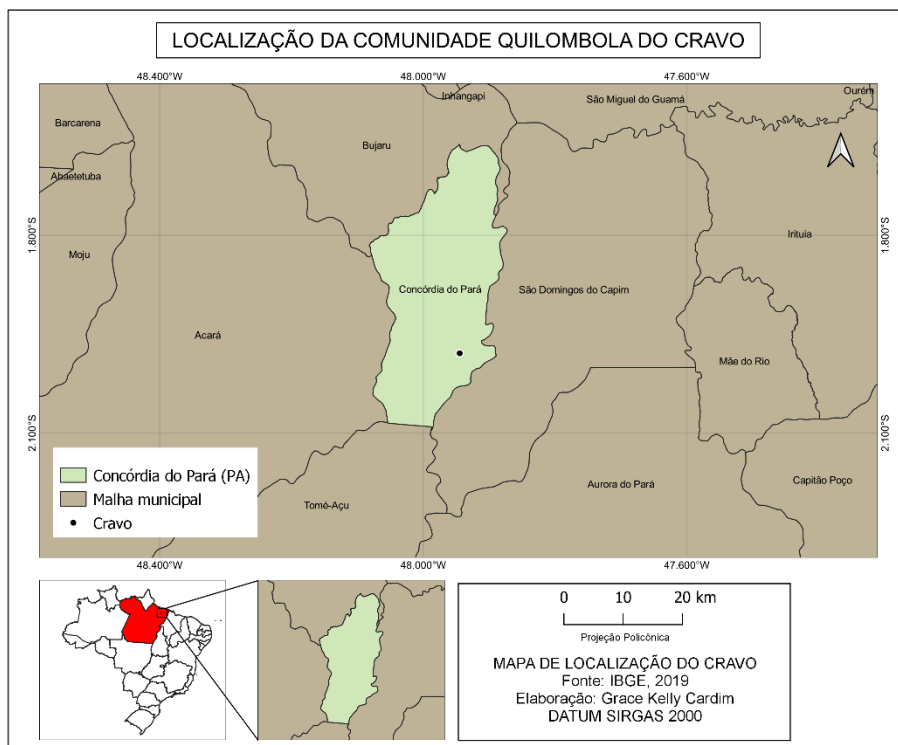
É no território que os grupos tradicionais garantem sua sobrevivência, em Araquembaua não é diferente. A comunidade sobrevive através da agricultura, extrativismo, caça e pesca, expondo a terra como meio de re-produção das condições de existência do grupo e as mulheres estão presentes em todas as atividades acima, embora algumas ganharam novos formatos em função dos impactos causados pelos grandes empreendimentos.

A história de Araquembaua está vinculada à agência política das mulheres, uma vez que, são elas que atuam na organização social da comunidade, estão presentes em vários espaços, ressignificando suas práticas e materializando um protagonismo feminino único, assim, as araquembauenses fazem parte do espaço de produção e consumo, garantem o sustento a partir do manuseio dos recursos naturais e lutam para a garantia do seu território para manter seu modo de vida.

2.4 Comunidade do Cravo/PA

É difícil falar sobre a CRQ do Cravo e não a apresentar pelas vozes dos sujeitos de maior relevância para o território: as mulheres. Juntas, elas se organizaram pela titulação da terra e lutam diariamente por igualdade de gênero dentro dos espaços de decisões. Tais questões despertaram a curiosidade de Andrade (2016), que investigou os processos de empoderamento e liderança feminina das mulheres no Movimento de Mulheres Transformadoras do Campo e da Cidade (MMTCCB), e como o movimento quilombola da comunidade do Cravo (figura 5) incentivou a formação de uma identidade coletiva de gênero resultando na formação de mulheres como lideranças.

Figura 5: Mapa de localização da comunidade do Cravo



Fonte: Elaborado pela autora, 2021

Situada no município de Concórdia do Pará, cerca de 155km de Belém, a comunidade do Cravo se tornou uma das pioneiras na luta pelo reconhecimento, “também por ser dessa localidade que nasce todas as outras localidades quilombolas” (ANDRADE, 2016, p.23). As mulheres do Cravo não estão restritas ao ambiente doméstico, se fazendo presente em diversos espaços, como na coordenação da comunidade católica, diretoria de associações, movimentos sociais de mulheres quilombolas e do campo bem como filiadas a partidos políticos. Sua organização tem provocado resultados positivos no enfrentamento pela posse da terra e na luta em defesa dos direitos quilombolas. Nota-se que elas rompem a

divisão de papéis que durante muito tempo lhe foram negados, buscando alterar as estruturas de relações existentes nas suas comunidades.

Foi através de narrativas desses sujeitos que Andrade obteve relatos importantes para a compreensão da trajetória individual e coletiva dessas mulheres, visto que “a memória é mais do que um simples arquivo de informações, porque ela não só reinventa o passado como serve de elemento referencial norteador na construção das identidades do presente” (ANDRADE, 2016, p.56).

A união dessas mulheres não é algo recente. Conforme aponta Andrade (2016), a primeira organização composta exclusivamente de mulheres, marcado na memória das quilombolas, é o Clube de Mães. Um espaço no qual elas se encontravam para dialogar e talvez construir os primeiros mecanismos de defesa e empoderamento. Nos finais dos anos 1960, as mulheres de diferentes comunidades se dirigiam até Vila de Santana para atividades ditas do âmbito feminino como cozinhar, costurar, pintar e fazer peças de crochê. Embora nas falas das entrevistadas o foco seja apenas atividades domésticas, para a autora é o indício de uma das primeiras experiências de organização feminina na região, já que os produtos confeccionados serviam para atender as necessidades de famílias em maiores condições de vulnerabilidade.

O clube tinha forte ligação com a igreja católica, cujas práticas reforçavam a ideia do “papel feminino na sociedade”. Segundo Dona Maria¹¹, moradora do remanescente quilombola, a proposta de mudança ocorreu por mediação de uma religiosa vinculada a Paróquia de Bujaru. Tal moça, através de conversas, incentivou as mulheres transformarem aqueles encontros em um movimento social e assim surgiu o Movimento de Mulheres Transformadoras do Campo e da Cidade de Bujaru e Concórdia do Pará- o MMTCCB. O movimento não é restrito apenas às áreas rurais, atua também nas cidades por meio de coordenação debatendo sobre “política, sindicalização, violência doméstica, questões de saúde da mulher, sindicalização, dentre outros temas” (ANDRADE, 2016, p.83).

De acordo com as moradoras do Cravo, o movimento surgiu da necessidade de participação na vida social e política em um momento que os municípios passavam por dificuldades nas áreas de saúde, educação, saneamento, segurança, falta de incentivo à agricultura, alto índice de violência doméstica, ausência de

¹¹ Embora todas as entrevistadas tenham assinado o termo de consentimento para o uso dos seus reais nomes, a autora optou pelo anonimato destas, logo, os nomes das interlocutoras são fictícios.

participação de mulheres nas tomadas de decisão, desemprego, dentre outras questões. O MMTCCB foi uma das formas que elas encontraram para sair do contexto de invisibilidade e enfrentar as situações das quais eram impostas. Embora as mulheres já fizessem parte de algumas organizações civis, elas buscavam independência das opiniões de seus cônjuges (ANDRADE, 2016).

Outro fator que chama atenção são as músicas compostas para os encontros, como estímulo a participação de todas:

Levanta-te mulher e anda, vem comigo que te ensino a andar.
Levanta-te mulher e anda. Vem depressa, vamos caminhar. Teus primeiros passos são muito importantes. Vamos conquistar essa nação gigante. Olha o passado e tal racismo. Tudo isso surge do capitalismo. Seja mulher de verdade e de confiança. O que nos resta hoje é a nossa esperança. A mulher corajosa diz a nossa história. Dá um passo pra frente em busca da vitória. Ela é mulher oprimida dentro da sua casa e na sociedade. O nosso congresso é a estrada rumo a seguir. Vamos mulher em frente, vamos construir (ANTONIETA DE BARROSO, apud ANDRADE, 2016, p.86).

Escrita por Antonieta de Barroso, militante e liderança do MMTCCB, a música acima expõe a influência que o movimento tem na vida dessas mulheres, instigando a terem uma visão crítica em relação à sociedade e às opressões. Assim, o MMTCCB pode ser entendido como um elo entre as participantes, visto que as mobilizam em prol de melhorias para elas e para as comunidades, de tal forma que, no Cravo, a mobilização feminina gerou mulheres engajadas na luta por direitos sociais, da terra e cidadania. A participação em movimentos sociais deu a elas maior visibilidade, tornando-as lideranças e participando diretamente nas decisões da comunidade, discutindo sobre diversos assuntos.

A MMTCCB, fundada em 2001, foi à primeira associação quilombola da região e exerce o papel de representante legal das comunidades frente às instituições estaduais, federais e municipais, por isso a importância de ter mulheres na direção, pois, assim rompem um ciclo de exclusão social. Mas além da MMTCCB, as mulheres da comunidade do Cravo se organizam politicamente em vários outros espaços de poder e decisões como a igreja, no grupo de mães, filiando-se a sindicatos, partidos políticos e associações a Associação de Remanescente de Quilombo do Cravo- ARQUIC e Associação Remanescente de Quilombola Nova Esperança de Concórdia do Pará- ARQUINEC. A liderança de mulheres em associações tem uma forte dimensão simbólica. Uma mulher na função de liderança

e presidente de associação, certamente rompe relações de poder pré-estabelecidas demonstrando o seu poder de diálogo (ANDRADE, 2016).

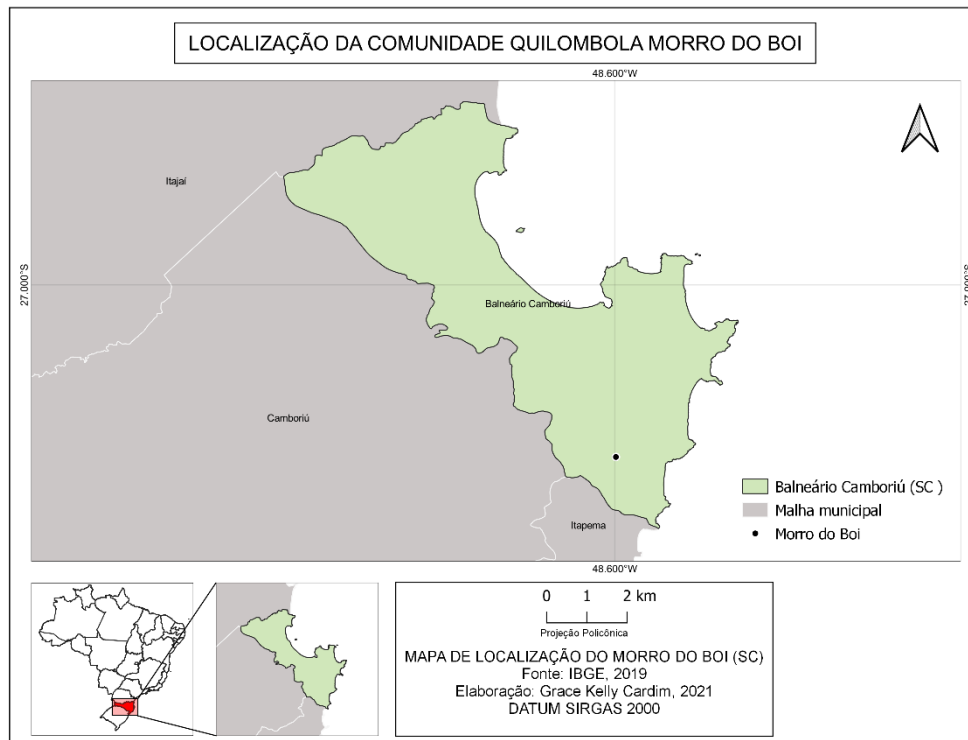
Outro momento de destaque da atuação das mulheres do Cravo foi nas reuniões para a demarcação do território. “Elas eram maioria nas discussões e na construção do mapa cartográfico, que demarcou os limites dos territórios quilombolas em 2003.” (ANDRADE, 2016, p.138)

A participação nos movimentos sociais surgiu como resposta às insatisfações e desigualdades vivenciadas por elas, sendo assim, a inserção em espaços de discussões possibilitou, de um modo particular, a ascensão dessas mulheres que durante muito tempo foram invisibilizadas. Por fim, a partir das narrativas podemos compreender que as ações têm impactado de forma positiva dentro e fora da comunidade. A liderança feminina do Cravo é única. Elas estão à frente de associações, movimentos sociais, enfrentam fazendeiros e vão em busca de soluções para os problemas. Falar da comunidade do Cravo é reconhecer o valor que elas possuem em defesa de seus direitos, tecendo a história do lugar com suas próprias mãos.

2.5 Comunidade quilombola do Morro do Boi/SC

Conhecido como a Miami Brasileira, Balneário Camboriú é um dos destinos mais procurados no sul do país que tem sua economia estimulada pelo turismo, impressionando seus visitantes com suas belíssimas praias e edifícios. No mesmo município está localizado o Loteamento Jardim Denise, no bairro Nova Esperança, um espaço não destinado ao turismo, de estruturas precárias por falta de verbas municipais, como declara Silva (2016). Dentro desta frágil realidade se encontra a Comunidade Quilombola do Morro do Boi (figura 6), localizada a mais de 6 km da sede do município. A comunidade já sofreu diversas invasões em suas terras. No passado, grande parte do território foi subtraído para a construção e duplicação da BR 101, nas décadas de 60 e 90, respectivamente, afetando os moradores que viviam da agricultura de subsistência e caça, forçando-os a redefinir suas práticas culturais e criando estratégias para lidar com os novos padrões instituídos pela cidade.

Figura 6: Mapa de localização da comunidade do Morro do Boi



Fonte: Elaborado pela autora, 2021

Segundo relatos dos moradores, o Morro do Boi é composto pelos descendentes de dois casais de ex-escravos, Tomas Jovito Rebello e Ana Guilhermina Siqueira e Joaquina e Delfino, que chegaram ao local entre o fim do século XIX e início do século XX. Parte desses descendentes é a família da matriarca Margarida Jorge Leodoro, a Dona Guida, referência para a comunidade na luta contra a invisibilidade e racismo. Tais fatos despertaram a curiosidade de Silva (2016), que realizou uma pesquisa partindo das experiências das mulheres do Morro do Boi, com foco na trajetória de três mulheres: Sueli Marlete Leodoro, a filha, Margarida Jorge Leodoro, a mãe, e Sayonara Nancy Leodoro Siqueira, a neta, para compreender como se materializam as vivências e o olhar de cada geração em torno das demandas por melhores condições de qualidade de vida.

Atual presidenta da Associação Quilombola do Morro do Boi, Sueli Leodoro, de 54 anos, é uma mulher bastante ativa referente às necessidades de sua comunidade. Ela é quem organiza as reuniões para discutir as demandas do Morro do Boi, como melhorias em infraestrutura, qualidade de vida, além de manter o diálogo com as demais comunidades de Santa Catarina para reivindicar o acesso aos direitos já garantidos na Constituição. O empoderamento de Sueli é apercebido, também, dentro de casa, ao ressignificar o papel dos gêneros masculino e feminino construídos socialmente. Para a quilombola, todos os que moram na casa têm as

mesmas responsabilidades com os afazeres domésticos, diferente da criação que sua mãe teve (SILVA, 2016). Sueli é uma das muitas mulheres que desconstrói a noção sexista existente na nossa sociedade, saindo da posição de invisibilidade e se colocando a frente das questões femininas, se opondo a ideia do homem como único provedor familiar, reafirmando o seu lugar enquanto mulher negra, quilombola e presidenta da associação. Se o homem pode ter voz ativa, as mulheres também.

Nos espaços rurais é mais comum as mulheres serem invisibilizadas, por isso torna-se tão importante e significativo a posição tomada por Sueli e suas irmãs, uma vez que são protagonistas de suas histórias, sozinhas ou ao lado de seus companheiros, sustentam sua família e estão diariamente na luta pela defesa e manutenção de seu território, assim “percebemos que o papel feminino é determinante nas lidas do dia a dia. O que não significa que o papel desempenhado pelos homens seja apagado” (SILVA, 2016, p.40).

Desde a fundação da Associação Quilombola Morro do Boi, em 2007, Margarida Jorge Leodoro é uma das muitas pessoas que pleiteiam a posse definitiva e coletiva de suas terras. Guardiã de saberes ancestrais, Dona Guida, como é carinhosamente chamada, recorda sua trajetória enquanto mulher negra e quilombola ao longo do tempo, transmitindo através de sua oralidade as suas memórias e de seus ascendentes. Margarida relembra que no local que hoje passa a rodovia, no passado já foi uma estrada de chão muito estreita por onde passavam animais. Atualmente o que era vegetação nativa, hoje dá lugar a áreas desmatadas, prédios e asfalto, dando uma nova configuração à paisagem (SILVA, 2016).

Em 2008, a família da matriarca entrou com abertura no processo junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA, para reconhecimento, demarcação e titulação de suas terras. Símbolo de respeito e perseverança, a luta de Dona Guida está para além da questão fundiária, ou seja, a luta é também pela quebra das engrenagens do sistema de exclusão que atinge a vida das pessoas da Comunidade Quilombola do Morro do Boi e de todos os que são atingidos por elas, como destaca Silva (2016).

A exemplo de Dona Guida e Sueli, as mulheres foram e ainda são presenças marcantes no Morro do Boi, passado de geração a geração. Cada vez mais elas têm ocupado espaços de poder, se tornando vozes ativas nas lutas quilombolas e por melhores condições de vida. Morro do Boi “não se trata de uma Comunidade necessariamente matriarcal, mas o que queremos destacar aqui é a figura de

liderança de Dona Guida, o que destoa da uniformidade dos patronos masculinos” (SILVA, 2016, p.73). Dona Guida é uma espécie de guardiã dos saberes culturais, exercendo o papel de rezadeira, benzedeira e conhecedora das ervas medicinais. Referência para os moradores, ela exemplifica como em grupos tradicionais os mais velhos são vistos como sábios e dignos de respeito.

Entre os anos de 2007 e 2008, o projeto de extensão Cidadania e Autonomia para a Comunidade do Morro do Boi da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), realizou oficinas de confecção de Abayomis, como uma forma das mulheres complementarem a renda familiar. Os Abayomis são bonecas confeccionadas a partir de retalhos, feitas de tranças ou nós e foi uma das formas que as mães encontraram para tranquilizar seus filhos durante as terríveis viagens a bordo dos navios negreiros, servindo como um amuleto de proteção. Símbolo de resistência, tradição e poder feminino, não é à toa que o Abayomi foi escolhido para representar a Associação Quilombola do Morro do Boi. Expressando uma figura feminina, a boneca é símbolo de fortalecimento e reconhecimento da identidade afro-brasileira, retratando a força e resistência de mulheres negras frente a opressão sofrida. Sobre tal prática, Sueli declara que a atividade conquistou a todas na comunidade. As quilombolas podiam contar suas histórias a partir da boneca além de ter uma ligação com suas ancestrais (SILVA, 2016).

Sayonara Leodoro Siqueira faz parte da geração de mulheres negras que escolheram assumir outros papéis além daqueles estabelecidos socialmente. Jovem politizada e inserida em movimentos sociais, Sayonara concluiu o Ensino Básico ainda na adolescência, diferente de sua mãe e avó, além de ser estudante universitária. As cotas raciais foi uma das grandes vitórias no Movimento Negro. Graças a ela, também, muitos negros têm ocupado o espaço universitário, um espaço de poder. Sayonara se espelha na força de sua mãe e coragem de sua avó para fazer parte da nova geração de mulheres empoderadas no Morro do Boi, que lutam diariamente por melhores condições de vida, como afirma Silva (2016). É sintomático que Sayonara, assim como outras adolescentes, estejam quebrando o ciclo de empregadas domésticas, lavadeiras e donas de casa como suas antecessoras.

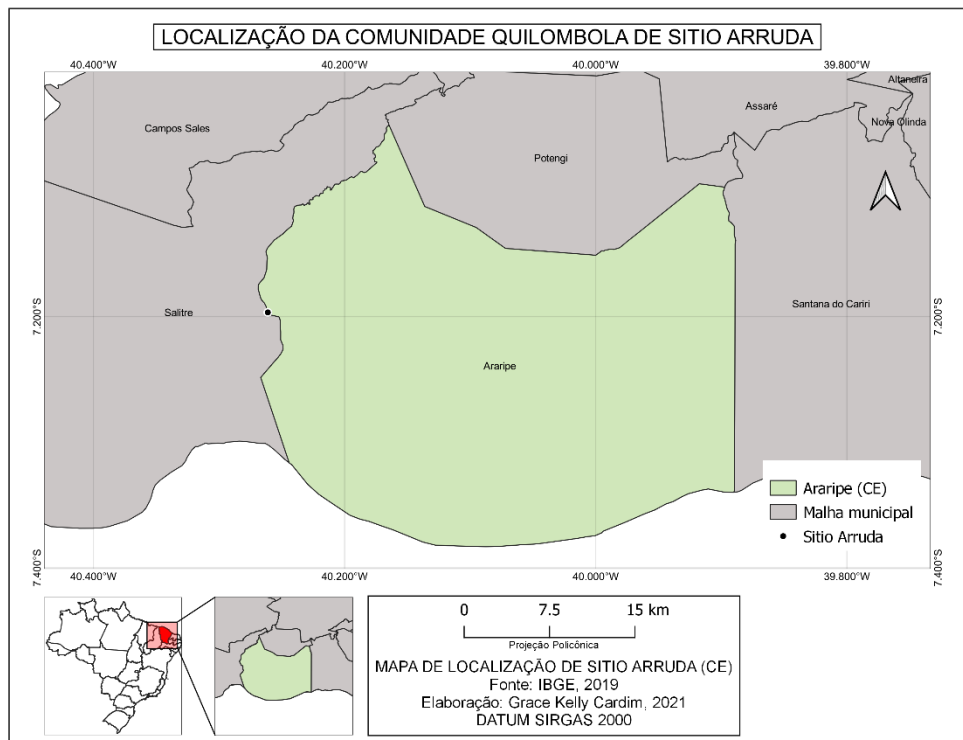
Morro do Boi traz em seus modos de vida uma resistência secular, ainda que seja perpassada pelas mudanças externas, tendo as mulheres como as principais protagonistas. A partir de exemplos como Dona Guida, Sueli e Sayonara podemos

entender como se configura as experiências em torno das demandas da comunidade partindo da perspectiva feminina.

2.6 Comunidade de Sítio Arruda/CE

Localizada no município de Araripe, no estado do Ceará, Sítio Arruda (figura 7) é mais uma comunidade quilombola marcada por uma longa trajetória de luta contra as opressões ao povo negro e comunidades tradicionais, tendo as mulheres como as principais protagonistas nesse processo de resistência. Composta por 44 famílias que vivem coletivamente em regime de partilha, a comunidade teve sua origem a partir de três famílias negras cujo ancestrais viveram durante o regime escravocrata, unindo-se através do matrimônio, que são as famílias Nascimento, Caetano de Souza e Pereira da Silva, como informa Felipe (2018).

Figura 7: Mapa de localização da comunidade de Sítio Arruda



Fonte: Elaborado pela autora, 2021

Segundo relatos das moradoras, quando chegaram à localidade havia apenas alguns barracos, sem nenhum tipo de estrutura. Mesmo diante de muitas dificuldades, ajudaram uns aos outros a construir suas residências, muitas de pau e palha, construíram um local para armazenar água, já que o local mais próximo

era a 7 km de distância. Por meio das falas dessas mulheres é possível verificar que apesar das múltiplas dificuldades vivenciadas por elas, sempre foi enfrentada de forma coletiva. O espírito de solidariedade é uma característica muito presente na comunidade, todos se unem em prol do bem comum (FELIPE, 2018).

No que corresponde ao processo de reconhecimento quilombola não foi diferente. Foram elas que se mobilizaram e conseguiram reconhecer o território como comunidade remanescente de quilombo e conquistar diversos direitos que ajudaram o desenvolvimento local. Foi a partir do reconhecimento como quilombolas que eles se sentiram visíveis para a sociedade. Cidadãos de direitos que passaram a ter acesso a serviços básicos e políticas públicas específicas, além dos cursos feitos pelas mulheres que serviram como uma forma de renda extra às famílias. É notório o envolvimento feminino nos projetos, na luta pelo território, almejando se tornarem cada vez mais vozes ativas (FELIPE, 2018).

A ligação com seus ancestrais é algo marcante em Sitio Arruda, pois eles “se reconhecem não apenas como descendentes dos antigos remanescentes de quilombo, mas como ‘herdeiros legítimos’ das terras onde viveram e trabalharam seus ancestrais” (FELIPE, 2018, p. 36). Essa ancestralidade é observada nas lidas do dia a dia, na forma que eles se apresentam para a sociedade e nas práticas religiosas e saberes tradicionais, que são hábitos desempenhados, em sua maioria, por mulheres que participam na educação, associação comunitária, religiosidade e representatividade política. Para entender o papel dessas mulheres como agentes propulsoras nas lutas da comunidade, Felipe (2018) fez uso da história oral e memória como principal fonte de compreensão da realidade na qual elas estão inseridas, analisando os aspectos de liderança e protagonismo feminino enquanto experiência coletiva e/ou individual.

Seis mulheres se destacam em Sitio de Arruda: Francisca Claudina, a rezadeira; Raimunda Veronica do Nascimento, uma das anciãs mais antigas da comunidade; Antônia Pereira; Lucia Lourenço, parteira; Maria José e Fatima Lourenço, professora e secretária da associação, jovem liderança e uma das responsáveis pelo reconhecimento da comunidade como remanescente de quilombo. Unidas, essas mulheres atuam na organização do quilombo e narram suas histórias de discriminação, vitórias e conquistas, bem como o acesso a políticas públicas que tem beneficiado os moradores da comunidade. Dessa maneira, aos

poucos, elas têm se sentido mais seguras para driblar as múltiplas formas de violência (FELIPE, 2018).

De acordo com Felipe (2018), até o ano de 2005 os moradores da comunidade viviam unidos pelo desejo de sobrevivência, laços familiares e uma memória compartilhada, porém, suas necessidades ainda não eram estruturadas em demandas com um posicionamento político resistente. Iniciou-se, então, a luta pela regularização e ampliação das terras, com o apoio e incentivo da Associação Cristã de Base (ACB) em Crato e do Centro de Referência e Assistência Social (CRAS), no município de Araripe, dentre outros órgãos.

Neste contexto entrou em cena a assistente social Albaneide Fortaleza, tendo um papel fundamental no reconhecimento dos moradores de Sitio Arruda como coordenadora do CRAS de Araripe. Ela incentivou os moradores a se organizarem como comunidade quilombola, apoiando-os na parte burocrática com o cadastramento, e despertando o sentimento de coletividade. E assim, em 2006, foi criada a Associação Comunitária do Sitio Arruda, com o objetivo de promover o desenvolvimento sociocultural e político da comunidade, por meio de reuniões, estudos, encontros, debates e palestras. Já em 2007, após os moradores terem conhecimento dos seus direitos, decidiram em Assembleia Geral se auto reconhecer como comunidade remanescente de quilombo e alterar o estatuto da associação, que passou a ser denominada Associação Quilombola do Sitio Arruda. Foi então que os moradores passaram a ter mais acesso às políticas públicas em relação a saúde, educação, assistência social e assistência agrícola (FELIPE, 2018).

Composta por 72 associados, sendo 57,7% do sexo feminino, os moradores se reúnem a cada 30 dias e contribuem com um valor simbólico de R\$: 1,80 por mês. Vale destacar que, além de 10 famílias serem chefiadas por mulheres, elas possuem um papel significativo na associação, fazendo-se presente e participando das reuniões, como informa Felipe (2018).

Além da associação, as quilombolas de Sitio Arruda se destacam nas atividades religiosas. No mês de outubro é realizado o novenário em devoção a N^a Sr^a Aparecida, padroeira da comunidade, e toda a programação é coordenada por elas desde meses antes, quando formam a comissão de eventos, e durante o ano confeccionam artesanato, promovem rifas, arrecadam brindes para leilões, tudo como forma de arrecadar dinheiro para os festejos.

Outra prática religiosa que se destaca na comunidade são as rezas para cura, que em Sítio Arruda, são de responsabilidade das mulheres, como afirma Felipe (2018). Com o acesso restrito ao serviço de saúde, os moradores de áreas rurais buscam solucionar parte de seus problemas recorrendo à medicina popular tradicional, com a utilização de ervas medicinais, garrafadas, curandeiras, benzedeiros, mães-de-santo, além de outros conhecimentos populares.

Francisca Claudina, uma das rezadeiras mais antigas da comunidade, narra que vem pessoas de várias localidades do município em busca da medicina alternativa. A anciã faz uso de diversas plantas medicinais como o urucu, jatobá, que segundo a rezadeira é bom para gripe e asma; imburana, aroeira, jurema preta, cansaço, pinha, eucalipto entre outras (FELIPE, 2018).

Detentoras de conhecimentos tradicionais, além das rezadeiras, as parteiras têm grande relevância para a comunidade. Para darem à luz, as gestantes de Sítio Arruda têm que se deslocar ao hospital de Araripe, porém, em casos que não terão tempo de se transportar e quando as condições do parto permitem, elas recorrem às parteiras. Lucia Lourenço é uma das parteiras mais respeitadas da comunidade, e atualmente cultiva plantas medicinais em seu quintal (FELIPE, 2018).

Tanto as rezadeiras como as parteiras são símbolos de resistência e ancestralidade em comunidades tradicionais. Através delas que as práticas tradicionais são preservadas, constituindo em alternativas para lidar com enfermidades em locais que o acesso a serviços básicos como saúde, são insuficientes.

Em relação ao processo educativo, a comunidade possui uma pequena escola com apenas uma sala de aula. Durante o dia funciona a Educação Infantil e à noite é utilizada pelas alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) do nível Fundamental I. Para amenizar o problema educacional, está sendo construída uma nova unidade escolar de melhores estruturas, mas os moradores, insatisfeitos com um currículo homogêneo que não valoriza seus costumes, sentem a ausência de temas e problemáticas mais próximas de suas vivências (FELIPE, 2018). Isto porque não basta apenas ter acesso à educação, é preciso contemplar a realidade local onde a escola se territorializa, principalmente escolas localizadas em territórios tradicionais.

O Projeto Paulo Freire tem financiado algumas atividades na comunidade como o projeto de confecção de artesanatos, no qual as mulheres fazem ponto de

cruz, bordados e crochê para vender nas feiras da região e assim, adquirir uma renda extra, além de uma horta irrigada em que as mulheres são capacitadas para ter uma produção sustentável e contribuir para uma alimentação de qualidade apoiada na agricultura familiar.

Outra atividade desenvolvida por elas foi o projeto de corte e costura, elaborado pelo Projeto Zumbi, em que receberam 40.000 para aquisição de máquinas de costura, tesouras, matéria-prima para confecção, computadores, dentre outros equipamentos, como informa Felipe (2018). Através desses projetos elas ajudam nas contas de casa, elevam a autoestima, pois passam a ter uma nova profissão, conquistam sua independência, e, sobretudo, promove o convívio comunitário, algo marcante na comunidade de Sitio Arruda.

Mesmo com os avanços, as mulheres preocupam-se com a população mais jovem e a falta de trabalho formal, não muito diferente do restante do país. Além disso, a distância da comunidade a sede do município também é algo que agrava ainda mais a situação, realidade das áreas afastadas dos centros urbanos brasileiros, cuja economia é deficiente em ofertas de emprego. Assim, essas mulheres que são mães, artesãs e líderes comunitárias compreendem a necessidade de conscientização e inclusão nos processos produtivos e decisivos da comunidade a fim de conseguirem acesso a outros direitos para investir na melhoria da comunidade.

As mulheres de Sitio Arruda se mostram muito ativas nas lidas e lutas cotidianas, direcionando a dinâmica diária da comunidade em questão. Foram as responsáveis por procurar uma pessoa para explicar a importância de uma associação quilombola; foram elas que buscaram informações sobre seus ancestrais e ainda incentivam seus cônjuges a irem às reuniões. Presentes em várias atividades na comunidade, elas são donas de casa, cuidam da educação dos filhos, cuidam dos animais de pequeno e médio porte e ainda participam das fases de produção de uma roça com plantar, limpar, colher e beneficiar o produto. Apesar da sobrecarga de tarefas, são elas que impulsionam as lutas para o desenvolvimento e conquistas da comunidade. O que chama a atenção é o planejamento feminino. Tudo é feito de forma organizada com antecedência e todas as tarefas são divididas para uma não ficar mais sobrecarregada em detrimento das outras, reforçando o espírito de coletividade.

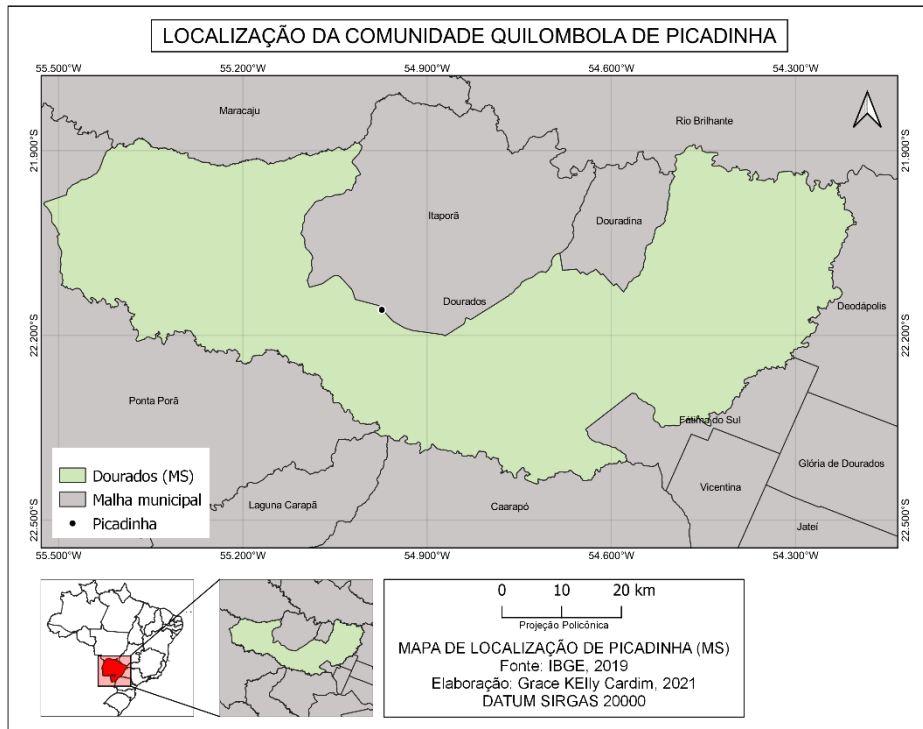
A partir da análise sobre algumas questões como memórias e cotidiano, o reconhecimento enquanto quilombolas, a participação das mulheres nas decisões da comunidade e o que elas consideram como dificuldades, podemos entender a importância delas para a comunidade e como se dá os aspectos de liderança e protagonismo feminino em Sitio Arruda. As cearenses são exemplos de mulheres que atuam de forma ativa, ocupando espaços na educação, associação comunitária, religiosidade e papéis políticos, baseados em formas de ações tradicionais, rompendo a invisibilidade e gerando novas perspectivas. As quilombolas de Sitio Arruda ainda organizam os eventos religiosos, frequentam reuniões na associação comunitária, fazem artesanatos e preservam as histórias de seus antepassados, essas são apenas algumas das atividades desenvolvidas por elas. São as verdadeiras protagonistas e seu papel se reflete no cotidiano da comunidade. Elas se organizam desde a associação até a preservação das tradições locais, colaborando assim para a manutenção e proteção de seu povo.

2.7 Comunidade Quilombolas de Picadinha/MS

A utilização de mão de-obra escrava na região que compreende o atual Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, ocasionou o surgimento das áreas negras rurais ou terras de preto, conhecido atualmente como comunidades remanescentes de quilombo, dentre as quais, se destaca Picadinha, no município de Dourados- MS (figura 8).

O remanescente quilombola se constituiu a partir da chegada de Dezidério Felipe de Oliveira, no início do século XX. Filho de ex-escravos, o Sr. Dezidério casou-se com M^a Candida Batista da Silva, gerando descendentes que vão desenvolvendo a área, ocupando terras, até aquele momento inabitadas (MORAIS, 2018). É por meio desta territorialidade que a identidade da família vai se formando, baseada no trabalho livre em uma relação muito íntima com o território, que dura até os dias atuais.

Figura 8: Mapa de localização da comunidade de Picadinha



Fonte: Elaborado pela autora, 2021

A área onde hoje se encontra a comunidade é uma pequena porção do que legalmente deveria pertencer ao Sr. Dezidério - Picadinha recebeu o título da terra no ano de 1938, mas após sofrer um golpe territorial, ficou apenas com 600 hectares de um total de 3.748. Segundo relatos, o patriarca foi enganado por Waldomiro, advogado responsável pelo reconhecimento legal das terras, que identificou uma parte para a família do quilombola e outra parte para ele, como pagamento de um possível dívida que Dezidério teria com ele (MORAIS, 2018).

Em decorrência do conflito territorial e dificuldade de se manter em um espaço tão pequeno, algumas famílias começaram a migrar para a periferia de Dourados, desencadeando um acentuado processo de êxodo rural. Além disso, a área sofre com constantes avanços do agronegócio, dificultando a permanência das famílias que ainda ficaram na localidade. Esse processo de desterritorialização do território afetou até os que decidiram permanecer na comunidade, pressionando-os a procurarem empregos em outros locais, alterando o sistema produtivo da comunidade, que se mantinha desde a chegada de Dizidério (MORAIS, 2018).

Em meio a tantos impasses, a produção de hortaliça surgiu como um importante mecanismo de renda para os moradores e as mulheres são as grandes responsáveis por essa empreitada. São elas que mantêm ativa a produção e a venda na Feira Ecológica do Parque dos Ipês. Além das ervas, elas têm produzido

outros alimentos e produtos e comercializado na Universidade Federal da Grande Dourados, como aponta Morais (2018), se tornando uma nova fonte de renda e garantindo a permanência dos moradores na comunidade.

Para além disso, diferente do sistema produtivo da região, que é baseado em monopólios agrários, a atividade na comunidade é um processo que envolve toda a família, com cuidado para prejudicar o mínimo possível o meio ambiente. Isso se deve principalmente ao fato de a produção não ser voltada aos interesses mercadológicos e sim para a garantia de sobrevivência do grupo, pois o território é um elemento identitário onde se constrói a vida e, dessa forma, não é visto como mercadoria. As mulheres são as principais responsáveis por manter a história de Picadinha viva, visto que o grupo possui um histórico comum e cabe a elas manter os simbolismos. Simbolismos esses que funcionam como mecanismo de união da comunidade, como declara Morais (2018).

Outro fato que ressalta a importância delas é a relação com a igreja, pois são as mulheres que possuem maior ligação religiosa. Em Picadinha, a Igreja Adventista do Sétimo Dia foi a responsável pelo letramento dos moradores, visto que não há um alto índice de escolaridade no grupo. Foram elas que demonstraram estar mais interessadas em serem alfabetizadas, resultando a integração da comunidade no cenário negro e quilombola sul-mato-grossense. Com isso, começaram a estar envolvidas nas lutas em defesa dos direitos quilombolas e o ambiente religioso se mostrou como um importante espaço de união feminina.

Picadinha tem marcas fortes da atuação política e social das mulheres. Elas se tornaram as principais protagonistas da comunidade, estando presentes na produção de hortaliças e outros alimentos, nas atividades religiosas, no processo de alfabetização e letramento, além de serem engajadas na defesa do seu território. O espaço ocupado por essas mulheres gera novas perspectivas. Nos últimos anos elas têm conseguido significativos avanços e, ainda mais importante, estão sendo ouvidas e lembradas por sua luta que vai além da comunidade, tornando-se exemplos para as futuras gerações.

2.8 Mulheres quilombolas de São José da Serra e outras comunidades no Estado do Rio de Janeiro/RJ

Em meados da década de 1990, a valorização do pertencimento cultural favoreceu a transferência de elementos relacionados ao masculino para as práticas relacionadas ao feminino como a medicina alternativa, a dança e a culinária, como declara Almeida (2014), destacando a importância do feminino para a construção identitária das comunidades, particularmente nas comunidades do Rio de Janeiro.

Na mesma direção, a autora em questão questiona: “a experiência de ser uma mulher negra nascida numa família de classe média é a mesma que de uma mulher negra que vive em uma comunidade negra rural no Sul do Estado, institucionalizada como quilombola?” Este questionamento levou a Almeida (2014, p. 10) a analisar o documentário “Mulheres Quilombolas” (2009) produzido pela organização não governamental Koinomia, que retrata a história de 5 mulheres quilombolas do estado do Rio de Janeiro na sua luta para combater o racismo e a intolerância religiosa.

As falas das entrevistadas discorrem sobre liderança feminina, participação política, trabalho e sobrevivência e como a construção da identidade de cada comunidade é construída de forma única, remetendo a ideia de práticas de cuidado além de força e resistência, experiências usualmente atribuídas ao masculino. Sendo assim, “aos poucos, as mulheres e as práticas culturais identificadas como femininas foram sendo selecionadas como os novos símbolos da terra” (ALMEIDA, 2018, p. 24).

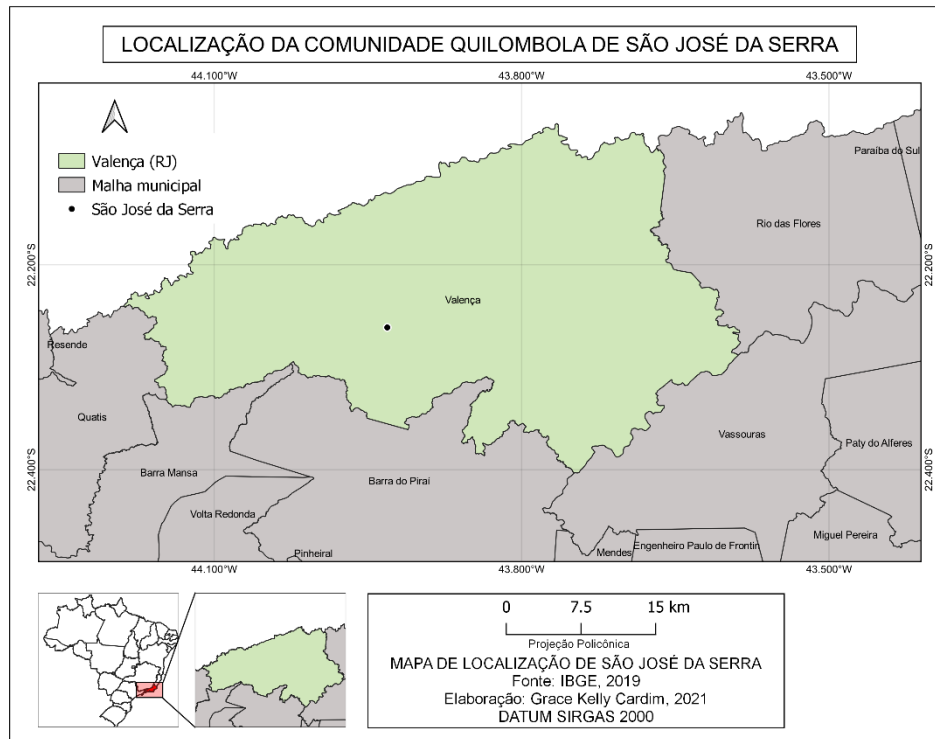
Sobre as práticas de cuidado, Almeida (2014) expõe de que maneira as mulheres são apresentadas como pessoas que têm a função de cuidar dos interesses da comunidade. Elas ocupam os espaços de liderança, são chefes de família, estão presentes nas roças e é através delas que são transmitidos os saberes ancestrais.

É por meio das mulheres que as CRQs do Rio de Janeiro constroem a noção etnicidade. Elas são vistas como peças fundamentais para a transmissão das tradições, sendo consideradas guardiãs da ancestralidade quilombola, “assim, a terra não é vista como um espaço que poderia ser transformado em mercadoria, mas como um território concernente à ancestralidade” (ALMEIDA, 2018, p. 107).

Um dos exemplos de práticas culturais relacionadas ao feminino é o de Dona Zeferina, moradora da comunidade de São José da Serra, localizado no Sul Fluminense do estado do Rio de Janeiro (figura 9). Para Almeida (2018), a atuação política da quilombola dentro da comunidade, está relacionada com a transmissão

de saberes. Mãe Firina, como era conhecida pelos moradores, era mãe de santo do terreiro de umbanda, e introduziu as crianças no jongo, práticas que até então era voltada ao universo masculino, além de contar aos mais jovens as histórias dos antepassados.

Figura 9: Mapa de localização da comunidade de São José da Serra



Fonte: Elaborado pela autora, 2021

Sendo assim, por meio desses desdobramentos, “elas criam territórios que são simultaneamente subjetivos e políticos, cujos espaços colaboram com a reparação das lesões e cicatrizes, mobilizando ações potentes no presente em direção a um devir comunitário” (ALMEIDA, 218, p.276-277).

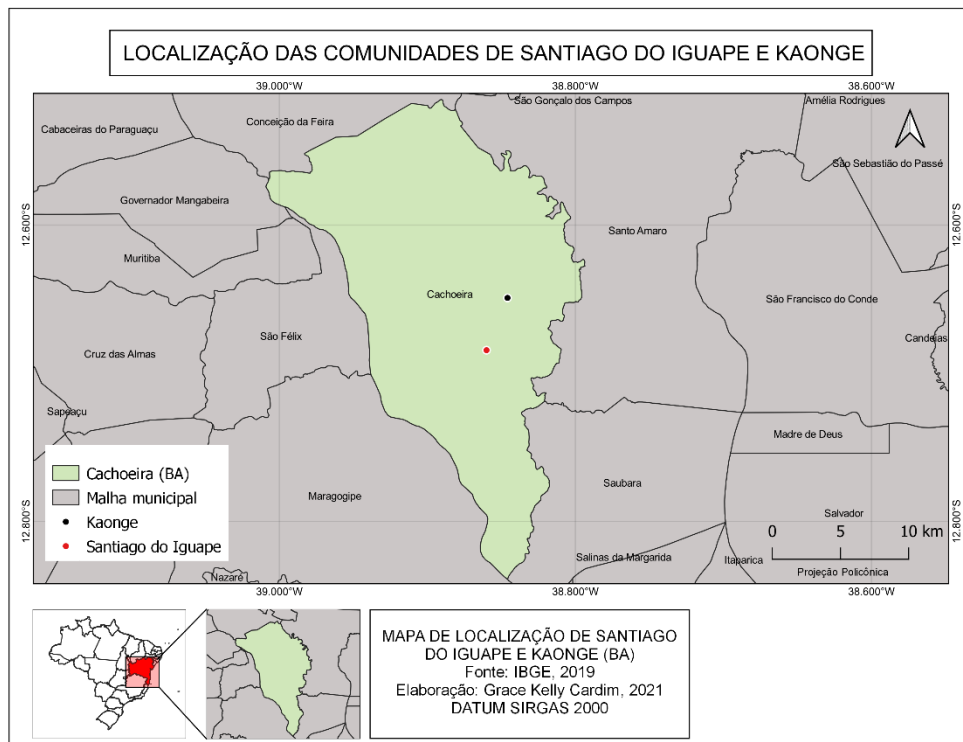
2.9 Mulheres quilombolas de Santiago do Iguape e Kaonge, na Bacia de Iguape (Recôncavo baiano)

Ao entorno da Baía de Todos os Santos o Recôncavo da Bahia está localizada em uma área estratégica no território baiano. Com grande potencial de navegabilidade, no período colonial destacou-se no escoamento da produção de açúcar, fumo e agricultura de subsistência. Sua estrutura econômica se firmou a base do regime escravista havendo um crescimento da população negra na região, como afirma Melo (2016). Em decorrência disto, os municípios que compõe o

território de identidade do Recôncavo são marcados pela influência massiva da cultura afro-brasileira nos hábitos e costumes. Numa breve visita a Cachoeira, por exemplo, é possível perceber tal característica a partir das rodas de capoeira, da Irmandade da Boa Morte, do samba de roda, dos terreiros de candomblé e comunidades quilombolas, que somam em torno de 18 certificadas pela Fundação Cultural Palmares, mantendo práticas de resistência e preservação da cultura negra até os dias atuais.

Após abolição da escravatura muitos dos antigos engenhos transformaram-se em comunidades rurais que permanecem no território até hoje. Localizada na Bacia do Iguape, a 40km do perímetro urbano do município de Cachoeira, o distrito de Santiago do Iguape abrange um conjunto de 14 comunidades quilombolas, sendo elas Santiago do Iguape, Dendê, Kalembá, Engenho da Ponte, Engenho da praia, Tombo, Kalolé, Imbiara, Engenho da Vitória, Kaibongo, Guaíba, Engenho da Cruz, Engenho Novo e Kaonge, esta última, considerada por muitos quilombolas a comunidade propulsora do “desenvolvimento” da região, como afirma Magalhães (2013). Abaixo, na figura 9, segue a localização das comunidades de Santiago do Iguape e Kaonge, analisadas nesta pesquisa.

Figura 10: Mapa de localização das comunidades Santiago do Iguape e Kaonge



Fonte: Elaborado pela autora, 2021

De acordo com Cruz (2014), as reflexões sobre os direitos quilombolas na Bacia do Iguape começaram a ser desenvolvidas no final da década de 80. O Conselho Quilombola do Vale do Iguape é uma rede organizada pelas comunidades que tem por finalidade agregar todas as associações que compõe a região do Iguape a fim de fortalecer a luta no processo de regularização fundiária, acesso a políticas públicas e articulação com outros movimentos. “A fundação do Conselho Quilombola e do Centro de Cultura do Vale do Iguape (CECVI) foi um dos primeiros passos em termos de organização política em prol dos direitos das comunidades quilombolas.” (CRUZ, 2014, p.45)

Apesar da presença numerosa de comunidades quilombolas na Bacia de Iguape, não foram encontradas publicações específicas sobre as mulheres quilombolas na região, mas dada sua dimensão territorial, que compreende 14 comunidades quilombolas, de alguma forma algumas destas mulheres devem estar também presentes neste mapeamento das mulheres quilombolas no Brasil, constatando que merecem um estudo mais aprofundado.

Para tratar do uso da terra, traço marcante para as comunidades da região, Cruz (2014) traz histórias de vida, cotidiano e memória dos moradores de Santiago do Iguape, buscando apreender suas lutas por sobrevivência nos modos de fazer. Após o declínio da produção açucareira, homens e mulheres tiveram que achar outras atividades para manter sua sobrevivência e viram na pesca, mariscagem, plantação de roças, tessitura de redes e trabalho na fábrica de dendê da Opalma, a oportunidade de garantir o sustento familiar.

Em Santiago de Iguape a prática de arrendamento: os moradores arrendavam as terras para plantar mandioca e feijão, bem como para fazer farinha e azeite, práticas que se mantêm até hoje na comunidade. Verifica-se também que as mulheres sempre se fizeram presentes na organização econômica do território em questão. Dona Crispina, outra moradora, relata que as mulheres iam para a roça, tiravam mariscos, lavam roupa de ganho, entre outras atividades. (CRUZ, 2014)

Composta por aproximadamente 27 moradores que pertencem a 5 famílias interligadas através de laços de parentesco, a comunidade do Kaonge vive da pesca, da agricultura, apicultura, ostreicultura e pecuária, segundo Magalhães (2013). A relação com o território também ocorre de forma singular e as mulheres da comunidade se destacam no âmbito político, cultural e econômico, sendo a figura de Dona Juvane uma das principais representações desse protagonismo.

É ela quem todos obedecem e respeitam, porque também é uma das moradoras mais antigas e tia e avó de muitos dos jovens que ali vivem. Sua sabedoria é típica de mestre griô, com conhecimentos diversos sobre o manuseio com a terra, com a religiosidade (umbanda) e lições de vida, fruto da sua trajetória pessoal. Além disso, é a pessoa que alfabetizou grande parte dos jovens que ali vivem, através da sua condição de diretora da escola São Cosme e Damião, escola do local (MAGALHÃES, 2013, p.93).

Em relação à atuação profissional, as mulheres têm se destacado cada vez mais. Mesmo sofrendo com o machismo dentro de seu território elas negaram-se a aceitar o local de subalternidade imposto socialmente. Algumas são professoras, dançarinas, artesãs ou trabalham com o turismo de base comunitária. Juntas, elas se organizaram e atualmente desempenham atividades que muitas vezes são associadas ao universo masculino como o apicultura, que segundo os relatos, ocorreu uma inversão de papéis no que diz respeito aos gêneros. Esse empoderamento parece ser algo constante em Kaonge. Muitas mulheres são chefes de família ou a maior parte da renda familiar provém delas. Um exemplo é Deise Santana que “vive com a avó, que é aposentada e a jovem além de ser jovem multiplicadora pelo Ponto de Cultura, atua no Núcleo de Turismo, que também é uma atividade da organização (MAGALHÃES, 2013, p.123).

BALANÇO E PERSPECTIVAS DAS MULHERES QUILOMBOLAS NO CONTEXTO DA PANDEMIA

Se antes os quilombos eram espaços de resistência de escravizados que buscavam sua liberdade, as comunidades quilombolas são hoje espaços contemporâneos de resistência que tem a terra como um bem coletivo, suas atividades tradicionais, tanto de trabalho, culturais e religiosas, são transmitidas de geração em geração dentro dessas comunidades, e nessa transmissão as mulheres ocupam um papel protagonista.

É impossível se pensar sobre a questão quilombola separada do território, pois é a partir dele que ocorre a reprodução social e cultural do grupo. É nele que a vida acontece cotidianamente. É partir do território que o grupo exerce sua territorialidade. Mas a delimitação e permanência em seus territórios continuam sendo um dos maiores problemas enfrentados, pelo que cada vez mais as mulheres quilombolas estão engajadas nas discussões fundiárias.

Pertencer a um território envolve, acima de tudo, relações sociais. É nesse processo de pertencimento que as identidades são evidenciadas. Os remanescentes de quilombo são territórios carregados de significados culturais ancestrais onde as mulheres exercem importantes papéis na manutenção desses saberes. Apesar da escassez em estudos sobre a relevância do papel feminino em comunidades tradicionais é inegável o quão elas se destacam para a história desses povos no país. Falar sobre mulheres negras se tornou cada vez mais necessário na atualidade, seja no campo social, cultural, político ou intelectual, uma vez que, estas durante muito tempo foram invisibilizadas da “história oficial”.

Ao longo deste trabalho, buscou-se demonstrar a trajetória de luta e resistência das mulheres negras quilombolas, que exercem papéis fundamentais para a preservação e manutenção da cultura afro-brasileira em todos os cantos deste país. Para tanto, foram analisadas diversas pesquisas sobre mulheres quilombolas com o objetivo de fazer um levantamento dos papéis desempenhados por elas nas suas comunidades – foi um total de dez comunidades em nove estados do Brasil cujo perfil apresentamos num quadro a continuação nas dimensões

analisadas: política (associativismo e organização) econômica (trabalho e atividades tradicionais) e cultural (educativa e religiosa):

Quadro 1: Atividades das mulheres quilombolas estudadas

Comunidade	Associativismo/ Org. política/ Projetos	Trabalho/Ativ. Tradicionais	Educação	Cultura/ Religiosidade
Itamatatiua/MA	Ass. de Mulheres. Ass. da Produção de Cerâmica.	Produção de cerâmica.		Dança, rezas, benzimentos, Organização da festa de S ^a Tereza D'Ávila de Jesus.
Mata Cavallo/MT	Responsáveis por a organização social e política.	Economia de Subsistência: hortaliças, leguminosas e frutas.	Escola como local reunião fortalecimento da luta quilombola.	Congo
Araquembaua/PA	Parceria com o projeto POEMA/UFPA.	Pesca Agricultura Parteiras, benzedadeiras, curandeiras;		Manejo de ervas.
Cravo/PA	MMTCCB e no movimento quilombola; Clube de Mães; filiação a partidos políticos e sindicatos; ARQUIC ARQUINEC.			

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 2. Atividades das mulheres quilombolas estudadas 2

Comunidade	Associativismo/ Org. política/ Projetos	Trabalho/Ativ. Tradicionais	Educação	Cultura/ religiosidade
Morro do Boi/SC	Ativas e presidindo a Associação Quilombola do Morro do Boi, Parceria com o projeto Cidadania Autonomia para a Comunidade do Morro do Boi da UNIVALI.	Guardiãs dos saberes tradicionais. Rezadeira, benzedeira e conhecadora das ervas medicinais. Confecção de abayomis.	Ingresso ao Ensino Superior.	

Arruda/CE	Organização para criação da Associação Comunitária do Sítio Arruda, sendo maioria. Parceria com o Projeto Paulo Freire e Projeto Zumbi.	Rezadeiras, parteiras e anciãs. Chefes de família. Práticas de reza para cura. Confecção de artesanato e roupas.	Professora da comunidade. Articulação para criação de mais uma unidade escolar e um currículo que contemple as especificidades do grupo.	Organização dos festejos de N ^a Sr ^a Aparecida. Preservação da cultura local.
Picadinha/MS		Produção de hortaliças. Feira Ecológica Parque dos Ipês.	Alfabetização a partir da igreja.	Forte ligação com a Igreja Adventista do Sétimo Dia
São João da Serra/RJ		Responsáveis pela transmissão de saberes.		Mãe de Santo de terreiro de umbanda. Indução crianças no jongo.
Santiago do Iguape/BA	Participação no CECVI.	Pesca, roças, mariscagem, tessitura de redes.		
Kaonge/BA	Participação no CECVI.	pesca, agricultura, apicultura, ostras e pecuária. Turismo de base comunitária.	Auxiliar na alfabetização dos moradores.	Relação com a umbanda.

Fonte: Elaborado pela autora

Observou-se que estas mulheres exercem um protagonismo dentro de suas comunidades como líderes de associações, artesãs, agricultoras, educadoras, organizadoras de eventos culturais e religiosos e, em definitivo, transmissoras dos tradições e valores ancestrais. Atuam como agentes que estão quebrando barreiras e negando a posição de subalternidade imposta socialmente às mulheres negras.

São as responsáveis pela disseminação dos valores culturais além da preservação da identidade negra quilombola, que está ligado à ancestralidade e que no quilombo ocupa um papel decisivo. Nos remanescentes, esse resgate da

ancestralidade pode ser observado nas manifestações culturais e religiosas, no preparo dos alimentos e nas ervas medicinais, atividades que normalmente são lideradas por mulheres. Maioria nas associações, elas se fazem continuamente presentes nas reuniões; organiza os festejos em devoção a N^a S^a Aparecida; e são elas as detentoras dos conhecimentos da medicina popular tradicional, baseada na utilização de ervas medicinais. É na vida cotidiana que essas mulheres se organizam no enfrentamento dos obstáculos impostos em seus territórios.

Após leitura sobre todas estas pesquisas que reconhecem o protagonismo feminino dentro e fora de suas comunidades, foram recolhidas nos quadros 1 e 2 as principais atividades em que as mulheres quilombolas se destacam nas comunidades analisadas. Cabe ressaltar que a separação ocorre para exemplificar de forma mais didática a articulação dessas mulheres frente às demandas diárias.

As quatorze comunidades quilombolas da Bacia de Iguape oferecem um rico campo para estudar como as mulheres destas comunidades inovam seus papéis e atividades nas suas comunidades trazendo desenvolvimento local, como comprovado em viagem de campo a Santiago de Iguape realizado pelos estudantes do Campus V- Santo Antônio de Jesus, da Universidade do Estado da Bahia-UNEB, quando conhecemos o turismo étnico no que estão envolvidas, em parceria com a Universidade Federal da Bahia –UFBA. Seria um campo muito interessante para continuar a pesquisa com o intuito de continuar destacando o importante papel das mulheres no território quilombola.

REFERÊNCIAS

- AGUADO, A. Violencia de género: sujeto femenino y ciudadanía en la sociedad contemporánea. In: CASTILLO-MARTÍN, M.; OLIVEIRA, S. de (Org.). **Marcadas a Ferro**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005, p. 23-34. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/saffioti/2005/mes/90.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2021
- ALMEIDA, C. SANTANA, A. C. Identidade quilombola e reconhecimento étnico: uma abordagem conceitual dos estudos culturais em comunicação. In: **Anais do XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul**, 2012, Chapecó – SC, 2012. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2012/resumos/R30-0292-1.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2021
- ALMEIDA, M. de. A experiência das mulheres quilombolas: raça e gênero na criação de corpos étnicos. In: **XVI Encontro Regional de História- Rio: saberes e práticas científicas, ANPUH-RIO**, 2014, Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1402090314_ARQUIVO_MarileaAnpuh2014-Versaofinal-1.pdf. Acesso em: 01 abr. 2021
- ALMEIDA, M. de. **Território de afetos: práticas femininas antirracistas nos quilombos contemporâneos do Rio de Janeiro**. 302 f. 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2018. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/333180>. Acesso em: 21 mai. 2021
- AMORIM, C. R. **RTC Ivaporunduva**. São Paulo: ITESP, 1998.
- ANDRADE, A. L. M. de. **Mulheres quilombolas: movimento, lideranças e identidade**. 166 f. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Cametá, 2016. Disponível em: <https://sigaa.ufpa.br/sigaa/verProducao?idProducao=138192&key=ee256f84c3a942320c34a9309f073926>. Acesso em: 31 mar. 2021
- ARRUTI, J. M. **Mocambo: antropologia e História do processo de formação quilombola**. 1. ed. Bauru: Edusc, 2006. 368 p.

BRASIL. CONAQ. Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. **O Protagonismo das Mulheres Quilombolas**. Disponível em: <http://conaq.org.br/coletivo/mulheres/>. Acesso em: 28 mai. 2021

BRASIL. **Decreto Nº 4887 de 20 de novembro de 2003**. Presidência da República. Brasília- DF: 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm. Acesso em: 09 set. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 6.049, de 27 de fevereiro de 2007**. Presidência da República. Brasília- DF: 2007: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6049.htm. Acesso em: 16 mai. 2021

BRASIL. Fundação Cultural Palmares. **Certificação Quilombola**. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551. Acesso em: 16 mai. 2021

BRASIL. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=destaques>> Acesso em: 30 mar. 2021

BRASIL. INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Reforma Agrária**. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentosgeral.pdf/view>. Acesso em: 31 mar. 2021

BRASIL. **LEI Nº 12.987, de 2 de junho de 2014**. Presidência da República. Brasília-DF: 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12987.htm. Acesso em: 17 mai. 2021

CASSIMIRO, I. M.; SOUTO, A. N. de; **Empoderamento Económico da Mulher, Movimento Associativo e Acesso a Fundos de Desenvolvimento Local**. 1. ed. Maputo: Editora Kapicua, 2011. v. 1. 203p. Disponível em: https://www.academia.edu/28344896/EMPODERAMENTO_ECON%3%93MICO_D_A_MULHER_MOVIMENTO_ASSOCIATIVO_E_ACESSO_A_FUNDOS_DE_DESENVOLVIMENTO_LOCAL. Acesso em: 31 mar. 2021

CLAVAL, P. C. C. Geografia Cultural: um balanço. In: **Revista Geografia (Londrina)**. V 20, nº 3, p 5-24, set/dez 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/14160>. Acesso em: 17 mai. 2021

CRUZ, A. P. B. da S. **“Viver do que se sabe fazer”**: memória do trabalho e cotidiano em Santiago do Iguape (1960-1990). 128 f. 2014. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2014. Disponível em: <http://tede2.uefs.br:8080/handle/tede/203>. Acesso em: 15 jun. 2021

DEALDINA, S. dos S. Mulheres quilombolas: defendendo o território, combatendo o racismo e despatriarcalizando a política. In: DEALDINA, Selma dos Santos (org.). **Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas**. São Paulo: Sueli Carneio: Jandaíra, 2020, 25- 44 p.

FELIPE, M. L. de F. M. **O protagonismo feminino: comunidade quilombola Sitio Arruda em Araripe - Ceará**. 215 f. 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – São Leopoldo, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/7479>. Acesso em: 31 mar. 2021

FERREIRA, S. R. B. **“Donos do lugar”**: a territorialidade quilombola do Sapê do Norte- ES. 2009. 526 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp128766.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2021

FIGUEIREDO, N. O. S. Mídia, cultura e identidade: fragmentos de um olhar. In: PEREIRA, C. M.; CAVALCANTI, L. M. D. **Revista memento**, v. V-4, p. 1, 2013. Disponível em: <http://periodicos.unincor.br/index.php/memento/article/view/1326>. Acesso em: 17 mai. 2021

GOMES, F. R.; ROSA, L. A. Os processos de protagonismo de mulheres negras no Recôncavo da Bahia: o samba de roda como mediador das relações cotidianas. In: UFBR- Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. **Revista Olhares Sociais**. Vol. 03. Nº. 02, 2014, pág. 86. Disponível em: https://www3.ufrb.edu.br/olharessociais/wp-content/uploads/6-Especial-OS-PROCESSOS-DE-PROTAGONISMO-DE-MULHERES-NEGRAS-NO-RECONCAVO-DA-BAHIA_ok_final_01.pdf. Acesso em: 01 abr. 2021

GUIMARÃES, J. B.; OLIVEIRA, M. C. C. de. “Somos todos parentes”: as relações de parentesco na comunidade quilombola de Macapazinho, Santa Izabel-PA. In: **AGRICULTURA FAMILIAR (UFPA)**, v. 13, p. 163-185, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/8714>. Acesso em: 17 mai. 2021

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização. Do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HERINGER, R. R. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. In: **Cadernos de Saúde Pública (FIOCRUZ)**, Rio de Janeiro, v. 18, p. 57-65, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v18s0/13793.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2021

JACOEL, A. S. C. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: **Geledés**, 2013. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>> Acesso em 30 de mar 2021

LEITE, I. B. **O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais**. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, 16(3): 424, setembro-dezembro/2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2008000300015>. Acesso em: 15 set. 2019

LEITE, I. B. Quilombos e Quilombolas: Cidadania ou Folclorização?. In: **Horizontes Antropológicos**, v. 10, p. 123-150, Porto Alegre, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ha/v5n10/0104-7183-ha-5-10-0123.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2021

LEITE, S. Saravá! Mulheres negras da esquerda brasileira - Invisibilidade histórica. In: PAPA, F. C.; JORGE, F. (Org.) **O Feminismo é uma Prática – Reflexões com Mulheres Jovens do PT**. 1. ed. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2008. v. 1. 13-16p. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05931.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2021

LOPES, C. J. de O. Direito ao território e grandes empreendimentos: lutas e resistências dos povos quilombolas no município de Baião - PA. In: SILVA, C. N. da; SILVA, J. M. P. da. **Interespaço: revista de geografia e interdisciplinaridade**, v. 4, n 12, p. 84 - 107, 2018a. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/interespaco/article/view/7519>. Acesso em: 31 mar. 2021

LOPES, C. J. de O. **Mulheres em segredo e o segredo das mulheres: invisibilidade e resistência em um quilombo contemporâneo da Amazônia**. 32 f. 2018b. Artigo (Especialização em História Agrária da Amazônia Contemporânea) - Faculdade de História - Universidade Federal do Pará, Ananindeua, 2018. Disponível em: https://bdm.ufpa.br:8443/jspui/bitstream/prefix/973/1/TCCE_MulheresSegredoSegredo.pdf. Acesso em: 31 mar. 2021

MAGALHÃES, M. T. **Ponto de cultura e desenvolvimento humano: um estudo de caso na comunidade quilombola Kaonge**. 178 f. 2013. Dissertação (Mestre em Ciências Sociais) - Centro de Artes Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo Baiano. Cachoeira, 2013. Disponível em: <http://www.repositorio.ufrb.edu.br/bitstream/123456789/732/1/MARIZE%20TORRES%20MAGALHES.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2021

MEIRELLES, K. L. B. C. **Imagem da Terra - quilombo MATA CAVALO - a herança de um povo escravo**. Nossa Senhora do Livramento, 2013. 1 vídeo (12'50"). Publicado pelo canal Kátia Luzia Brandão Caldas Meirelles. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Vh2QxryL5X0&ab_channel=K%C3%A1tiaLuziaBrand%C3%A3oCaldasMeirelles. Acesso em: 21 mai. 2021

MELO, C. V. M. **Quilombo de Itamatatiua e a força das mulheres ceramistas**. São Luís, 2019. 1 vídeo (7'44"). Publicado pelo canal Difusora Tv. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=2MePvXbXIOY&t=1s&ab_channel=DifusoraTV. 01 abr. 2021

MELO, M. C. de S. **Trajetórias ausentes: considerações sobre a invisibilização dos/as artistas plásticos/as negros/as no Recôncavo da Bahia**. 86 f. 2016. Dissertação (Mestrado em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas) - Centro de Artes, Humanidades e Letras - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Cachoeira, 2016. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/mphistoria/images/Disserta%C3%A7%C3%B5es/Turma_2014/Maria_Cristina_de_Santana_Melo.pdf. Acesso em: 01 abr. 2021

MONTEIRO, K. dos S. **As mulheres quilombolas na Paraíba: Terra, trabalho e território**. João Pessoa, 2013. 233 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/5834/1/arquivototal.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2021

MORAIS, S. M. de. **Mulheres quilombolas: construção e reconstrução de territórios e identidades**. 63 f. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Faculdade de Direito e Relações Internacionais – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/1827/1/SheilianeMartinsdeMoraes.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2021

NERES, M. B. **Educação quilombola em Mesquita: estudo da gestão da escola a partir do processo histórico, emancipatório e das relações de conflito**. 152 f. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Escola de Educação – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/bitstream/123456789/804/1/Manoel%20Barbosa%20Neres.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2021

NUNES, K. L. D. **Antonieta de Barros: uma história**. 159 f. 2001. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/81514>. Acesso em: 17 mai. 2021

OLEIVEIRA, L. B.; OSTI, P. A. de; PASSOS, B. S. dos; Mulheres Quilombolas e a Liderança Feminina. In: **IX SEMINÁRIO REGIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA REGIÃO CENTRO OESTE**, 2018, Rio Verde

OLIVEIRA, M. A. B. de. **Mulher e violência: um pensar sobre sua história**. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2006.

OOSTERBEEK, L.; REIS, M. G. O.; **Terras de preto em terras da santa: Itamatatua e as suas dinâmicas quilombolas**. Cadernos de Pesquisa, v. 01, p. 01-15, 2012. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/924/613>. Acesso em: 31 mar. 2021

PEREIRA JUNIOR, D. **Territorialidades e identidades coletivas: uma etnografia de terra de santa na baixada maranhense**. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/12780/1/Disserta%20a7%20a3o_Davi%20Pereira%20Junior.pdf. Acesso em: 31 mar. 2021

PEREIRA, C. C. M.; SANTOS, J. O.; BARREIRA, M. I. de J. S. Empoderamento das mulheres quilombolas: contribuições das práticas mediacionais desenvolvidas na Ciência da Informação. In: VANZ, S. A. de S.; CAREGNATO, S. E. **Em Questão. UFRGS**. Impreso, v. 22, Porto Alegre, 2016, p. 114-139. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/56837>. Acesso em: 31 mar. 2021

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder. O território e o poder**. Editora Ática S.A, São Paulo, 1993.

REIS, M. das G. O. **Filhos da Santa, terras de negro numa arqueologia quilombola: as dinâmicas de um território chamado Itamatatiua**. 190 f. 2010. Dissertação (Mestrado em Arqueologia Pré-Histórica e Arte Rupestre) - Instituto Politécnico de Tomar – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal, 2010

SANTOS, G. C. dos A. **Somos todas Rainhas**. Coleção Histórias das Mulheres Negras. Passado, Presente e Futuro. 1ª ed. São Paulo: Associação Frida Kahlo e Articulação Política de Juventudes Negras, 2011. Disponível em: <<http://www.afrika.org.br/publicacoes/somos-todas-rainha-1ed.pdf>> Acesso em: 30 mar. 2021

SANTOS, M. **O dinheiro e o território. (VERBAL)**. 1999. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13360/8560>. Acesso em: 16 maio 2021

SILVA, C. E. da. **Protagonistas no palco do cotidiano: mulheres da comunidade quilombola do Morro do Boi**. Balneário Camboriú, Santa Catarina. 109 f. 2016. Dissertação (Mestrado em História Social) - Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/19094>. Acesso em: 31 mar. 2021

SILVA, G. M. da. Mulheres quilombolas: afirmando o território na luta, resistência e insurgência negra feminina. In: DEALDINA, Selma dos Santos (org.). **Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas**. São Paulo: Sueli Carneio: Jandaíra, 2020, 51-58 p.

SILVA, J. M. **Um ensaio sobre a potencialidade do uso do conceito de gênero na análise geográfica**. Revista de História Regional, Ponta Grossa, v. 8, p. 31-45, 2005. Disponível em: https://www.faneesp.edu.br/site/documentos/revista_historia_regional7.pdf. Acesso em: 16 mai. 2021

SOUSA, A. C. de; LIMA, D. G; SOUSA, M. A. R. de. Da comunidade à universidade: trajetórias de luta e resistência de mulheres quilombolas universitárias no Tocantins. In: DEALDINA, Selma dos Santos (org.). **Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas**. São Paulo: Sueli Carneio: Jandaíra, 2020, 87-96 p.

SOUZA, P. B. de; ARAÚJO, K. A. A mulher quilombola: da invisibilidade à necessidade por novas perspectivas sociais e econômicas. In: ESTEVES, J. T.; ALBINO, J. L.; FALCÃO, P. R. de L. (Org). **A mulher quilombola: da invisibilidade**

à necessidade por novas perspectivas sociais e econômicas. 1ªed. Florianópolis: CONPEDI, 2014, p. 163-182. Disponível em:
http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/formacao_acao/1semestre2017/fa2017_quilombola_anexo.pdf. Acesso em: 17 mai. 2021

TEIA DOS POVOS. **Mulheres quilombolas na pandemia.** [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (1h58'0"). Publicado pelo canal Diálogos com os Povos. Disponível em:
[https://www.youtube.com/watch?v=AN_fm3AXwFQ&ab_channel=DI%C3%81LOGO SCOMOSPOVOS](https://www.youtube.com/watch?v=AN_fm3AXwFQ&ab_channel=DI%C3%81LOGO%20SCOMOSPOVOS). Acesso em: 01 abr. 2021

URRUTIA, J. Território Identidade e Mercado. In: RANABOLDO, C.; SCHEJTMAN, A. **El valor del patrimonio cultural: territorios rurales, experiencias y proyecciones latinoamericanas.** Lima: IEP, RIMISP, 2009. Disponível em:
https://www.rimisp.org/wp-content/files_mf/1367521220Valor_patrimonio_cultural.pdf. Acesso em: 21 mai. 2021